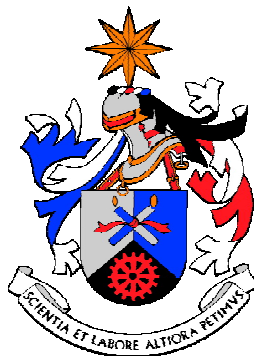


Universidade da Beira Interior

Mestrado em Jornalismo



As Rádios Locais: o que mudou desde 1989?

Autora: Daniela Baltazar da Silva

Covilhã, Agosto de 2008

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Jornalismo, realizada sob a orientação científica de João Canavilhas, Professor Auxiliar do Departamento de Comunicação e Artes da Universidade da Beira Interior.

Agradeço a todas as rádios que responderam ao inquérito e contribuíram para esta investigação. Agradeço também a todas as pessoas que se disponibilizaram para prestar informações sobre o funcionamento das rádios. Agradeço ainda ao orientador pela ajuda prestada e à minha família e amigos que sempre me deram força para levar a cabo este trabalho.

Resumo

As rádios locais actuais são o resultado de um processo evolutivo iniciado em 1989. Para além da natural evolução técnica registada nestas quase duas décadas, as grandes mudanças políticas, sociais e económicas no país também marcaram as rádios locais. Neste trabalho procuramos identificar as principais alterações no funcionamento das rádios locais portuguesas desde 1989, ano em que foram legalizadas.

Para realizar este estudo foram analisadas as respostas aos questionários enviados a rádios locais de todo o país. Ao mesmo tempo foram entrevistadas duas personalidades envolvidas na criação das rádios e na sua legalização. Com estas informações foi possível verificar as principais alterações ocorridas ao longo destes quase 20 anos nas rádios locais.

Palavras-chave: Rádio; Rádio Local

Abstract

The actual local radios are the result of one evolutive process that has began in 1989. Beyond the natural technical evolution verified in these almost two decades, the big political, social and economical changes have also distinguished the local radios. In this work we try to identify the most important changes in the working process of portuguese local radios since 1989, when they were legalized.

To realize this study, were analysed the answers of the questionnaires sent to local radios from all the country. At the same time, were interviewed two personalities who were involved in the creation of the radios and in their legalization. With these informations it was possible to verify the principal changes occurred along this almost 20 years in the local radios.

Key-Words: Radio; Local Radio

Índice

INTRODUÇÃO.....	7
1. A Rádio em Portugal.....	9
1.1 As Origens.....	9
1.2 As Rádios Livres.....	10
1.3 O processo de legalização	15
1.4 Lei da Rádio	17
1.5 Concurso Público	19
2. As Rádios Locais em Portugal: consequências da legalização	20
3. Problema de investigação	26
4. Metodologia.....	30
5. Resultados e discussão.....	33
5.1 Propriedade e Direcção.....	33
5.2 Recursos Humanos	34
5.3 Condições Técnicas	39
5.4 Audiência.....	45
5.5 Publicidade	46
5.6 Programação.....	48
6. Conclusões.....	53
6.1 Condições Técnicas	53
6.2 Propriedade e Direcção.....	54
6.3 Recursos Humanos	55
6.4 Publicidade e Audiência.....	56
6.5 Programação.....	57
Bibilografia.....	60
Anexos	65
1- Entrevista	66
2- Entrevista a António Colaço	67
3- Entrevista a José Faustino	74
4- Inquérito	84

“A rádio é um meio de comunicação extraordinariamente rico, com uma narrativa singular e para muitos, fascinante. A compreensão da Rádio não pode dissociar-se do país e da sua História, no contexto do desenvolvimento económico, cultural e social, numa observação que se deve desenvolver a partir das estruturas que desenham a operacionalidade deste meio. Para melhor conhecermos a rádio, devemos procurar decifrar os trilhos do paradigma comunicacional moderno, no que toca à problemática das mudanças operadas pela tecnologia. O desafio das novas tecnologias tem sido um factor de renovação para a rádio que, ao longo dos últimos anos, se tem vindo a reinventar, quer ao nível da produção, dos conteúdos e das formas de recepção das emissões”. (Cordeiro, 2003, 1)

INTRODUÇÃO

As rádios locais em Portugal começaram por emitir clandestinamente. O grande surto das rádios piratas (também chamadas rádios livres, em países como a França ou a Itália) aconteceu nos anos 80, mas já antes, no final dos anos 70, elas tinham começado a aparecer num contexto intimamente ligado a 1974 e ao 25 de Abril. “As rádios piratas apareceram num momento pós-revolucionário em que a sede de liberdade de expressão ainda estava bem viva” (Bonixe, 2003, 52). Esta vontade de exprimir ideias e dar visibilidade às culturas minoritárias este sempre ligada ao movimento das rádios livres.

Embora os pioneiros destas rádios piratas tivessem conhecimento das experiências que aconteciam um pouco por toda a Europa, em Portugal o movimento só viria a adquirir os mesmos contornos em meados da década de 80. Nas rádios que foram nascendo um pouco por todo o país, o amadorismo era uma característica comum. As pessoas que nelas colaboravam tinham diferentes profissões, em nada relacionadas com o jornalismo ou com a comunicação. O importante era dar voz às populações. Os fracos recursos técnicos, humanos e financeiros eram outra constante na maioria das rádios piratas. O dinheiro que mantinha as rádios em funcionamento provinha de alguma publicidade (também ela escassa, nessa altura) e de donativos que alguns particulares faziam.

Em 1983 começou a sentir-se a necessidade das rádios serem legalizadas, algo que veio a acontecer cinco anos mais tarde, durante o XI Governo Constitucional, com Aníbal Cavaco Silva como Primeiro-Ministro. Em 1989, foi constituída uma Lei que regulamentava o exercício de radiodifusão em Portugal: a Lei n.º 87/88 de 30 de Julho, também conhecida por Lei da Rádio. Com esta Lei foram legalizadas mais de três centenas de rádios locais, um número que continuou a crescer até à actualidade.

O que se propõe com este trabalho é procurar saber qual a evolução das rádios locais em Portugal, quase 20 anos depois da legalização e perceber quais as principais mudanças no funcionamento dessas mesmas rádios.

As novas tecnologias que entretanto foram surgindo mudaram, em muito, o modo de trabalhar na rádio que entrou na era digital. A utilização da Internet veio trazer algumas mudanças no comportamento, não só dos que fazem rádio, como dos que ouvem a ouvem.

Para melhor compreender o fenómeno, este trabalho aborda o nascimento da rádio em Portugal, a sua evolução, o contexto do aparecimento das rádios piratas e o seu funcionamento, descrevendo posteriormente o processo de legalização e estudando as principais mudanças ocorridas de 1989 até ao presente (mudanças de funcionamento, de recursos humanos e meios técnicos).

Para além da realização de inquéritos às rádios locais existentes em Portugal, procedeu-se à realização de entrevistas a protagonistas envolvidos na transição da clandestinidade para a legalidade, para assim se perceberem melhor as diferenças ocorridas nestes 20 anos de rádios locais.

Os resultados mostram que estas foram duas décadas de grandes transformações nas rádios locais, não apenas ao nível do seu funcionamento, mas também na estrutura técnica e de recursos humanos.

1. A Rádio em Portugal

1.1 As Origens

No dia 9 de Março de 1901 era feito o primeiro contacto via rádio em Portugal. Esta primeira ligação em Morse entre o Forte da Raposeira e o Alto da Ajuda pode ser considerada a data do nascimento da rádio em Portugal. Já nesse mesmo ano, em Fevereiro, se tinha especulado acerca “do interesse do governo português na Telegrafia Sem Fios (TSF) para fins comerciais” (Silva, 2004). Um mês depois, concretiza-se então a primeira experiência radiofónica em Portugal.

Em 1902 são feitos os primeiros ensaios com um emissor TSF. Depois desse ano, a utilização e a experimentação da telegrafia sem fios foi continuando a ser feita, até que em 1912 se reconhece oficialmente o primeiro rádio telegrafista português, de nome Alberto Carlos de Oliveira. Nesse mesmo ano, a 22 de Maio, o Governo português contactou a Companhia Marconi para serem instalados postos de TSF em alguns pontos do país.

Em 1914 acontece a primeira emissão de voz: Fernando Cardelho de Medeiros fez-se ouvir a 100 metros de distância. As primeiras palavras foram: «Está lá? Ouve bem?». Ainda nesse ano, Fernando de Medeiros emitiu música, ligando uma grafonola ao microfone. Ouviram o Festival de Wagner, três pessoas.

Ao longo dos anos, a técnica foi sendo aperfeiçoada e, em 1924, surge a primeira estação de rádio: a CT1AA-Rádio Portugal, pela mão de Abílio Nunes dos Santos. A partir dessa data começaram a surgir várias outras rádios e em 1926 contavam-se cinco em todo o país. A 4 de Agosto de 1935 nasce oficialmente a “Emissora Nacional de Radiodifusão”, aquela que hoje conhecemos por RDP. Depois de vários anos em experimentação, em 1963 o Rádio Clube Português passa a emitir ininterruptamente em onda média.

Apesar de todas as evoluções ao longo destes 60 anos, a rádio destacou-se em 1974 aquando do 25 de Abril. “Os chamados anos de ouro da rádio, que oscilam entre 1930 e

1950, traduziram-se num fenómeno de radiodifusão que procurava reconstruir a realidade dentro do estúdio, com dramatizações e espectáculos produzidos na própria estação emissora. Os programas humorísticos estavam sob vigilância da censura, obrigando a manobras linguísticas para que os textos passassem”. (Cordeiro, 2003, 2)

Era este o cenário radiofónico em Portugal até 1974, quando “um grupo de militares ocupou os estúdios de Lisboa do Rádio Clube Português, transformando-o no «Posto de Comando do Movimento das Forças Armadas»”. (Silva, 2004) Um ano depois, em 1975, foram nacionalizadas quase todas as rádios em Portugal. Esta situação levou a que se cimentasse um monopólio de três estações: a RDP (antiga emissora nacional), o Rádio Clube Português e a Rádio Renascença. O sector ressentiu-se pelo facto de os privados não poderem criar as suas próprias rádios e começaram a aparecer as rádios piratas, cujas primeiras emissões se caracterizavam pela intenção de dar voz a populações locais. “Os registos documentais disponíveis mostram que a maior parte das programações das estações piratas continham música e estilos musicais que não eram comuns nas rádios nacionais”. (Bonixe, 2003, 56)

Na base do movimento das rádios pirata, mais tarde denominadas rádios locais, esteve o desejo de marcar a diferença em relação ao que era veiculado nos meios de comunicação de cobertura nacional.

1.2 As Rádios Livres

No início dos anos 80 existiam em Portugal a Emissora Nacional, a Rádio Renascença e o Rádio Clube Português, rádios que transmitiam maioritariamente notícias dos grandes centros urbanos de Portugal. Espontaneamente, e na sequência do que já acontecia por toda a Europa, começaram a aparecer rádios livres por todo o país.

Inicialmente as rádios piratas tinham uma programação muito idêntica à das três rádios que existiam em Portugal, por serem essas as «escolas» portuguesas de radiodifusão. Contudo, ao conhecerem a realidade estrangeira, muitas conseguiram descolar-se desses

modelos. “Estas rádios inovaram e experimentaram novos formatos, preenchendo espaços de criatividade que tinham sido deixados em aberto pelas rádios nacionais” (Cordeiro, 2003, 4). Esses espaços, não diziam apenas respeito à informação, mais voltada para a localidade onde a rádio estava sediada, mas também diziam respeito à música, mais irreverente. Aliás, foi a irreverência e a vontade de quebrar com aquilo que era transmitido pelas rádios nacionais que levou ao surgimento destas rádios ilegais. A rebeldia da juventude e a vontade de dar voz às populações esquecidas pelas rádios nacionais conduziram as rádios locais para uma programação onde se destacavam concursos, discos pedidos, debates e notícias de cariz local e, portanto, do interesse de uma minoria. Com este tipo de programação, permitia-se à rádio fazer uma aproximação à comunidade local.

Surgiram também rádios mais irreverentes, feitas por jovens com objectivos muito diferentes. Estas rádios passavam músicas alternativas, maioritariamente estrangeiras e muito pouco ouvidas nas rádios nacionais. Outras ainda eram compostas por jovens que gostavam de desafiar as regras impostas e os fiscais das rádios piratas. Nesta altura começam a tentar criar-se rádios inspiradas num género em voga nos Estados Unidos, onde a animação e a escolha musical ficava a cargo de DJ's. É com estas rádios que começam a evidenciar-se as estações onde a música se sobrepõe à palavra. Seriam, após a legalização, as rádios mais voltadas para a juventude.

Algumas rádios começaram, ainda antes da legalização, a ficar dependentes da publicidade e a conhecer o conceito da concorrência. Muitas pessoas ligadas ao sector económico começaram a olhar para estas rádios como uma forma de dar a conhecer os seus negócios. A medição de audiências não era fácil, contudo era feita através dos programas que envolviam chamadas telefónicas. Com estas inovações, as rádios piratas conseguiram criar novas dinâmicas e novas ideias num mercado aparentemente esgotado.

A informação transmitida por estas rádios visava sobretudo dar a conhecer as culturas e os problemas das localidades onde se encontravam inseridas. Em muitos casos, a denúncia feita pela rádio resultava num acordar a população para situações que, em muitas ocasiões, passavam despercebidas aos políticos. Nalgumas situações foram até “factores

meteorológicos” a dar um impulso às rádios. Em Abrantes “o que esteve na origem foram as cheias (...). Dar resposta a questões concretas levou a que percebêssemos que tínhamos de ir mais longe e a rádio começou a ter mais solicitações”¹. De acordo com António Colaço, um dos fundadores da Rádio Antena Livre de Abrantes (RAL), este foi um processo que se desenvolveu por três fases. Uma primeira para dar resposta às populações, uma outra de entretenimento e a terceira de consolidação, em que estas rádios mais pequenas se descolaram das rádios nacionais e criaram o seu modo de estar e de ser. Muitas rádios, como foi o caso da RAL, encontraram nas autarquias apoio para se constituírem. Na altura, a rádio ainda não era vista como um meio de «ataque» ao poder local, como veio a acontecer posteriormente. Quando os problemas da terra começaram a vir ao de cima através da rádio, foi necessário mostrar aos políticos que as rádios livres serviam também de ponto de encontro entre diversos flancos da política e de discussão pública. As rádios serviam a vontade de comunicar e de informar as populações acerca de tudo o que lhes dizia respeito, directa ou indirectamente.

No entanto, nem sempre esse objectivo pôde ser concretizado, uma vez que os meios disponíveis, quer humanos, quer técnicos, eram insuficientes, sobretudo os primeiros. “Em 1987, das 126 rádios locais referenciadas no estudo do jornal Expresso, 20 não possuíam redacção, 59 possuíam, mas não existiam jornalistas profissionais e só 47 redacções de emissoras locais eram coordenadas por jornalistas”. (Bonixe, 2003, 63) A falta de pessoas qualificadas era uma realidade presente em quase todas as estações emissoras, principalmente nas do interior do país, onde o nível de instrução da população diminuía drasticamente em relação aos grandes centros urbanos. Para além disso, as rádios livres nesta região, constituíam uma escola prática para futuros profissionais que, como antes foi referido, eram muito jovens. Por essa razão, muitos dos que acompanharam o nascimento das rádios, consideram que o factor da instrução dos profissionais não era um elemento fundamental para o desenvolvimento do fenómeno. Para José Faustino, presidente da Associação Portuguesa de Radiodifusão, “ninguém tinha especial vocação de jornalista e os jornalistas que existiam eram jornalistas da tarimba. Não havia (...) uma grande

¹ Entrevista a António Colaço em anexo

diferença entre o indivíduo que já era “jornalista” e aquele que começou a ser”². Também para António Colaço, a formação constitui um meio e não um fim.

Embora com poucas qualificações técnicas para o exercício da actividade, eram muitas as pessoas que colaboravam, sobretudo em regime de voluntariado. A rádio era vista como algo construído por todos e desta forma todos davam uma ajuda nas rádios piratas. Na generalidade das rádios colaboravam mais de duas dezenas de pessoas, umas com funções específicas e outras acumulando diferentes responsabilidades. Desde os animadores, aos carpinteiros que construíram os estúdios ou às cozinheiras que confeccionavam as refeições, todos colaboravam e, de acordo com António Colaço, “todos éramos poucos para levar essas emissões por diante”.

As emissões iniciais eram irregulares e dependiam da disponibilidade dos animadores, uma vez que habitualmente desenvolviam esta actividade em paralelo com as suas profissões. No princípio, as rádios emitiam apenas alguns dias por semana e apenas durante algumas horas, normalmente à noite. Posteriormente e por via da disponibilidade, alargaram o período de transmissão ao fim-de-semana. Com o tempo, o período de emissão alargou-se às 24 horas diárias, embora parte dela fosse previamente gravada.

As emissões era feitas a partir de arrecadações, garagens ou de qualquer lugar onde fosse possível montar os parques equipamentos: “Pratos para os discos de vinil, microfones, a mesa de mistura e leitores de CD’s, mas ainda muito poucos. Havia gravadores com fita de arrasto (as Revox), e (...) os sistemas de cartucheira para os spots”, refere José Faustino. Era este o material que se podia encontrar dentro dos estúdios. Os telefones foram sendo adquiridos à medida que se verificou a sua importância para a relação com os ouvintes e para os programas de participação popular como é o caso dos Discos Pedidos. Algumas rádios, as que tinham mais recursos financeiros, tinham já carros de exteriores patrocinados pelos anunciantes ou pela própria marca do automóvel.

² Entrevista a José Faustino em anexo

A programação variava consoante a rádio, no entanto havia espaço para a informação e para o entretenimento. Tinha uma estrutura clássica “separada de hora a hora, com programas de autor de uma ou mais horas”, relembra o Presidente da APR. No que diz respeito aos ouvintes, ainda não se faziam estudos de audiências naquela altura, pelo que é incerto avançar números. Um facto é que as rádios livres conseguiram despoletar o interesse das pessoas e, por tratarem de assuntos da terra, supõe-se que eram ouvidas por grande parte da população abrangida.

De salientar ainda que as principais fontes informativas eram pessoas ligadas a partidos políticos e que a actualidade da informação não constituía, como actualmente, um factor fulcral e prioritário na rádio, uma vez que as informações eram transmitidas por correio e não por e-mail como hoje em dia. As informações resumiam-se, dessa forma, àquelas que vinham das Câmaras Municipais, a alguns acontecimentos, a denúncias de outras situações e ao desporto, que se começou a evidenciar por esta altura. Os relatos de futebol, desde logo ganharam adeptos e preencheram uma lacuna que se sentia no campo desportivo.

No que diz respeito à propriedade, a maioria das rádios piratas partiram de iniciativas individuais. Aliás, o dinheiro investido na formação das rádios provinha de privados e dos impulsionadores. A banca resistia a emprestar dinheiro para a construção destas rádios que não tinham qualquer consistência legal. O que hoje parece ser pouco dinheiro, em meados dos anos 80 constituía uma soma avultada. José Faustino fala em “500 ou 1000 euros, na altura 100 ou 200 contos (...) mas se calhar até se fazia com menos, também porque havia muito voluntariado”. Para atenuar o investimento, os impulsionadores dividiam entre si as despesas ou davam garantias pessoais de bom pagamento. As receitas provinham sobretudo da publicidade, pois cedo despertou o interesse dos anunciantes.

A Igreja, associações desportivas, associações culturais e muitas outras, começaram a ver na rádio uma boa forma de conseguir algum destaque e de veicular mensagens próprias, pelo que sob a forma de cooperativas criaram rádios. Aliás, ainda hoje existe a

Associação de Rádios de Inspiração Cristã, da qual fazem parte um grande número de rádios locais portuguesas. Estas cooperativas eram também uma forma de as rádios conseguirem obter financiamento para o seu funcionamento, não dependendo apenas da publicidade.

Estima-se que em 1984 existissem, em Portugal, cerca de 19 estações de rádio ilegais, número que provavelmente não correspondia à realidade, uma vez que em 1987, as rádios piratas em Portugal ultrapassavam as quatro centenas. O cálculo exacto do número de rádios a emitir na altura, é muito difícil de fazer, não só pelo facto de trabalharem ilegalmente, mas também pela irregularidade e instabilidade das suas emissões.

A desorganização era evidente e a necessidade de criar uma lei que controlasse o crescimento de novas rádios e o trabalho das que já existiam, crescia a cada dia. O XI Governo Constitucional do primeiro-ministro Aníbal Cavaco Silva, decidiu abrir um concurso de concessão de alvarás para o exercício da actividade de radiodifusão, a chamada Lei da Rádio.

1.3 O processo de legalização

“A Lei n.º 87/88 de 30 de Julho, conhecida vulgarmente por «Lei da Rádio», veio actualizar e concentrar num só diploma de legislação, alguma da qual datava já dos anos 30, que regulamenta o exercício da actividade da radiodifusão no nosso país”. (Magalhães Crespo, 1996, 18)

O número de rádios livres em Portugal não parava de crescer e a solução encontrada para criar alguma ordem foi a sua legalização através da abertura de um concurso de concessão de alvarás. Esta ideia terá surgido em 1983, quando os deputados do Partido Comunista apresentaram um diploma que previa que as empresas privadas de rádio pudessem emitir mediante uma licença.

Mais tarde, Dinis Alves e Jaime Ramos (deputados do PS e do PSD, respectivamente) apresentaram o projecto de Lei nº 252/III de 26 de Novembro de 1983

onde se destacava que as rádios locais deveriam desempenhar funções de alcance social para com as populações que as ouviam. Os noticiários locais também foram contemplados na elaboração deste diploma, referindo-se que a sua duração nunca deveria ser inferior à das notícias nacionais ou internacionais. Outra regra importante foi a obrigatoriedade de que as rádios tivessem uma programação com duração não inferior a 21 horas semanais. No projecto de Lei de 26 de Novembro de 1983 estavam ainda previstas outras medidas, como a impossibilidade das autarquias financiarem a criação ou a manutenção das rádios, a proibição de transmissão das licenças de modo a evitar constituição de monopólios e considerava serviço local de radiodifusão, aquele cujo emissor não ultrapassasse os 30 km.

Em 1986, no segundo ano do X Governo Constitucional, encabeçado por Aníbal Cavaco Silva, pretendeu-se alterar e corrigir o panorama comunicacional que vigorava em Portugal. O então primeiro-ministro considerava que as nacionalizações de 1975 tinham colocado Portugal numa situação de quase estatização dos meios de comunicação social. Esta condição também abrangia a rádio, tendo sido um dos motivos pelos quais começaram a aparecer as rádios piratas. Este Governo procurou a privatização dos meios de comunicação e os primeiros passos foram dados com a Lei nº 20/86, de 21 de Julho, e o Decreto-Lei nº 358/86, de 27 de Outubro. O Governo começou desde logo a trabalhar ao nível da imprensa, conseguindo aos poucos acabar com o controlo político sobre os órgãos de comunicação social. Um dos objectivos era fazer com que o processo decorresse de forma transparente.

Em 1987 surgiu uma Lei que nunca chegou a ser aprovada: a Lei 8/87 de 11 de Março. Apesar de não ter avançado, esta lei serviu de base e deu os moldes para a constituição da Lei da Rádio aprovada em 1988, respondendo assim “a uma série de preocupações manifestadas nos projectos de Lei anteriores” (Bonixe, 2003, 75). Este documento foi o primeiro a prever a existência de emissoras regionais e locais, apresentando também as condições de preferência para a obtenção de alvarás. A Lei estabelecia também o tempo mínimo de emissão, fazendo distinção entre as rádios nacionais e as locais (16 horas diárias para as nacionais, 10 horas para as regionais e seis horas para as locais). O número de noticiários ainda não estava previsto e no que diz

respeito aos trabalhadores das redacções, referia-se que estes não precisavam de ser licenciados, situação que ainda hoje se mantém pois basta apenas ter a carteira profissional.

Esta Lei pretendia ainda criar um mecanismo que garantisse a liberdade e o pluralismo das rádios existentes, bem como dar o parecer acerca de novos licenciamentos para a radiodifusão. Este mecanismo seria o Conselho da Rádio, cujos membros estariam no cargo por três anos. Contudo, e porque a Lei não foi aprovada, também o Conselho da Rádio não foi para a frente. Quanto ao licenciamento, as rádios deveriam concorrer no primeiro mês de cada ano, devendo apresentar um projecto até 60 dias depois da abertura do concurso público, anunciada em Diário da República. Neste documento estava prevista uma validade para o alvará: 15 anos para as rádios nacionais, 12 para as regionais e 7 para as locais. Publicidade, Sanções e Conselho de Redacção estavam também previstos neste projecto que serviu de base para a lei que veio ser aprovada.

1.4 Lei da Rádio

A Lei nº 87/88 de 30 de Julho, vulgarmente conhecida por Lei da Rádio, atribuiu a empresas públicas, privadas e cooperativas a liberdade de exercerem serviços de radiodifusão, acabando desta forma com o monopólio do Estado que até aqui vigorava. De acordo com o nº 1 do artigo 2º, “a actividade de radiodifusão pode ser exercida por entidades públicas, privadas ou cooperativas, de acordo com a presente lei e nos termos do regime de licenciamento” (Lei n.º 87/88).

Nos 50 artigos desta lei (revista em 1996), legisla-se todo o funcionamento das rádios. O documento prevê as tipologias de rádios, sejam elas, gerais, regionais ou locais. De acordo com o artigo 3º, partidos, associações políticas e autarquias locais, entre outras, estão proibidos de financiar a actividade.

As finalidades da actividade de radiodifusão de cobertura regional e local de conteúdo generalista, todos eles destinados a responder às necessidades e interesses das populações regionais ou locais abrangidas pela rádio, constam do artigo 6º e são as seguintes: preservar e divulgar valores culturais, difundir informações regionais e

incentivar as boas relações entre as populações vizinhas. A liberdade de expressão e de informação que integra os direitos fundamentais dos cidadãos é também englobada no serviço de radiodifusão, tal como a proibição de emissão de mensagens que atentem contra a dignidade da pessoa humana. Neste artigo (8º) pode ainda ler-se que esta liberdade de expressão atribuída à rádio deverá assegurar o confronto de diferentes opiniões, exercendo a democracia e incitando ao nascimento de um espírito crítico.

Ao contrário do que acontecia até aqui, a Lei define a obrigatoriedade das rádios emitirem noticiários regulares, contudo não é feita referência à quantidade diária. Pela primeira vez em documentos do género é feita alusão quanto à qualificação profissional dos jornalistas da Redacção. Está disposto no nº 2 do artigo 12º, que “o serviço noticioso, bem como as funções de redacção, são obrigatoriamente assegurados por jornalistas profissionais” (Lei n.º 87/88). Ainda no mesmo artigo é feita uma distinção entre as estações de cobertura geral, regional e local. Nestas últimas, os serviços noticiosos deviam ser assegurados por jornalistas profissionais e também por detentores do cartão de jornalista de imprensa regional.

Outra das particularidades desta Lei é a regulação da publicidade emitida nos órgãos de radiodifusão. De acordo com o disposto, a publicidade deve ser bem assinalada e não pode exceder 20 por cento do tempo da programação diária. Ainda no mesmo documento é feita referência ao exercício do direito de antena.

No que diz respeito à atribuição de alvarás para o exercício de radiodifusão, esta é remetida para um Decreto-Lei, tal como é definido no artigo 2º da Lei da Rádio. O artigo refere-se ao Decreto-Lei n.º 338/88 que se destinava a regulamentar o regime de licenciamento da actividade de radiodifusão. No decreto definia-se que a atribuição de alvará deveria ser feita através de concurso público e que a apreciação das candidaturas estaria a cargo da Comissão Consultiva, surgida no seguimento da tentativa de criação do Conselho da Rádio, proposto na Lei 8/87 de 11 de Março. Com a aprovação da Lei n.º 87/88 sentiu-se a necessidade de ter uma comissão que apresentasse ao Governo as propostas de atribuição ou renovação de alvarás, tendo sido então criada a Comissão

Consultiva. Ainda no Decreto-Lei n.º 338/88, determinava-se que seria dada preferência às sociedades maioritariamente constituídas por profissionais da comunicação e que entre os motivos de rejeição das candidaturas se encontrava o facto de a entidade possuir um emissor que se mantivesse em funcionamento, para além do 10º dia que antecedia o prazo limite para apresentação de candidaturas, uma vez que o Governo exigia que a actividade das rádios piratas fosse interrompida para não interferirem no processo de decisão. Após um período de alguma contestação, as rádios acederam à interrupção de emissões.

1.5 Concurso Público

Com as emissões das rádios livres interrompidas desde dia 24 de Dezembro de 1988, o concurso público para atribuição de alvarás teve início em Janeiro de 1989. Esta medida de silenciamento das rádios que emitiam ilegalmente gerou alguma discórdia no meio, pelo que antes, a 17 Novembro de 1988 se tinha feito um protesto de emissão em cadeia, naquele que ficou conhecido como o Dia da Rádio. A emissão contínua, que se prolongou das 7 às 20 horas, contou com a participação de cerca de 200 rádios, que promoveram debates nos quais participaram deputados da Assembleia da República e outras figuras públicas.

Candidataram-se à obtenção de alvarás 402 entidades, verificando-se uma notória discrepância entre o número de candidatos às frequências no litoral e os que mostraram interesse pelo interior do país. Enquanto no interior ficaram frequências por atribuir, no litoral de Portugal aconteceu exactamente o contrário.

Após a promessa de que o concurso público decorreria num curto espaço de tempo, os primeiros alvarás foram atribuídos no dia 6 de Março, a 6 rádios de Lisboa e 5 do Porto. Os distritos de Lisboa e Porto obtiveram o maior número de alvarás (31), com os distritos de Castelo Branco (14) e Bragança (13) a conseguirem o menor número. No distrito de Portalegre ficaram por ocupar 13 das 17 disponíveis, e na Guarda, foram atribuídas dez das 19 a concurso. As surpresas não foram muitas, uma vez que as rádios que apresentaram melhores projectos conseguiram o licenciamento. Apesar disso, registou-se alguma

contestação devido às potências atribuídas. José Faustino é, ainda hoje, um desses contestatários: “Digamos que o processo de legalização foi mais um processo de selecção. O processo de legalização foi uma vergonha, uma distorção total... Não se legalizaram rádios que tinham uma capacidade extraordinária, puseram-se outras lá em cima que nem rádios eram”.

José Faustino, director da Rádio Diana e presidente da APR, é um dos protagonistas dessa época que, apesar de concordar com a legalização, discorda do modo como foi feita a atribuição das frequências e da própria formulação da Lei da Rádio. O director considera que a Lei, “foi feita para se adaptar à realidade e não, para moldar a realidade existente.”

Com a legalização, as diferenças que marcavam as rádios livres foram esbatidas, levando a que todas procedessem da mesma forma e a que se tornassem muito semelhantes nos conteúdos.

2. As Rádios Locais em Portugal: consequências da legalização

Entre 1990 e 1993, muitas rádios atravessaram um período de dificuldades o que levou ao encerramento de estações. Outras associaram-se ou foram vendidas e houve ainda aquelas que alteraram o projecto inicial. Muitas rádios legalizadas, especialmente no interior do país, não emitiam porque não tinham meios. As rádios mais fortes viram aqui uma oportunidade para formarem cadeias de rádios, de modo a cobrir todo o território português. Estas rádios mais pequenas passaram a emitir programação que em nada se adequava ao cenário onde estavam inseridas.

Com a constituição das cadeias de rádio (situação que foi posteriormente legalizada em 1992), as rádios de Lisboa e Porto passaram a controlar uma parte significativa das rádios locais do país, mas outras mantiveram-se fiéis ao projecto inicial.

A revisão em 1996, que entrou em vigor em 1997 no Governo de António Guterres, introduziu novas alterações ao quadro legal de funcionamento das rádios. Uma das

novidades foi um artigo que classificava as rádios quanto à tipologia. O artigo 2º definia que as rádios poderiam ser de âmbito geral, regional ou local. As primeiras eram aquelas que, com a frequência atribuída, conseguiam chegar à totalidade do território nacional. As de âmbito regional seriam as que alcançassem um conjunto de distritos, e as locais as que abrangessem apenas um município. Ainda de acordo com este artigo, as rádios distinguiam-se pelo tipo de programação apresentado. Assim, passaram a existir rádios generalistas e temáticas. Pelo próprio nome se depreende que as rádios generalistas seriam as que tinham uma programação diversificada e as temáticas, aquelas que tinham uma programação centrada num tema (a título de exemplo, programação apenas musical ou informativa). O nº 7 do mesmo artigo previa também que só poderia existir uma rádio temática, desde que no concelho estivesse garantida a existência de uma rádio generalista.

No artigo 8º da revisão da original Lei da Rádio foi acrescentado um ponto. De acordo com o ponto 4, as rádios passaram a ter de elaborar e funcionar de acordo com um estatuto editorial. O objectivo desse estatuto, que até então não existia, era definir os “objectivos, a orientação e características da sua programação e incluirá o compromisso de assegurar o respeito pelo rigor e pluralismo informativo, pelos princípios da ética e da deontologia, assim como pela boa fé dos ouvintes” (Lei n.º 87/88, de 30 de Julho, com as alterações resultantes da Lei nº2/97 de 18 de Janeiro). O estatuto editorial veio obrigar as rádios a cumprir a linha de funcionamento que tinham imposto para si mesmas, contribuindo para a organização e para a diminuição de alterações que se vinham a verificar no funcionamento das rádios.

Em 1997, altura em que a lei revista entrou em vigor, os serviços noticiosos e o artigo respeitante (12º) foram completamente alterados. Passou a ser obrigatório que as rádios locais e regionais de conteúdo generalista emitissem pelo menos três serviços noticiosos ligados à sua área de abrangência, entre as 7 e as 24 horas, com um intervalo de tempo superior a três horas. Nos dois pontos deste artigo (metade dos que eram anteriormente), as rádios gerais – ou nacionais – continuaram a ser obrigadas a transmitir serviços noticiosos regulares, não havendo referência à quantidade. Nesta revisão, foram

acrescentados o artigo 12º - A e o artigo 12º - B. O primeiro diz respeito à qualificação dos profissionais e o segundo à programação das rádios.

No número 1 do artigo 12º - A ficou disposto que os serviços noticiosos deviam ser “assegurados por jornalistas titulares da respectiva carteira profissional” (Lei n.º 87/88, de 30 de Julho, com as alterações resultantes da Lei nº2/97 de 18 de Janeiro). Ainda no mesmo artigo é feita referência às rádios com mais de cinco jornalistas, que poderiam eleger o conselho de redacção. A este conselho de redacção estavam atribuídas funções como dar parecer sobre questões relacionadas com o departamento de informação da rádio, com o estatuto editorial e estatuto e com o código deontológico.

No artigo 12º - B, em três pontos, ficou regulamentada a programação. Tornou-se obrigatório que as rádios locais transmitissem pelo menos seis horas diárias de programação própria, entre as 7 e as 24 horas. Para que não existissem dúvidas em relação à definição de programação própria, esta vem descrita no nº 2 do artigo, sendo entendida como aquela que é produzida pela própria rádio sendo dirigida aos ouvintes abrangidos na área geográfica. Durante o tempo de emissão de programação própria, a rádio fica ainda obrigada a emitir, de hora a hora, indicativos referentes ao nome da rádio, à frequência e à localidade de onde emite.

Para além destas alterações, deve ainda ser referida uma outra que diz respeito à substituição do Conselho de Comunicação Social e da Comissão Consultiva pela Alta Autoridade para a Comunicação Social, que entretanto tinha sido constituída. No artigo 28º da Lei n.º 87/88 fala-se da Comissão Consultiva e em cinco pontos encontra-se descrito o processo de formação e funcionamento desta Comissão que devia avaliar as propostas de atribuição de alvarás. Na lei nº 2/97, este mesmo artigo regulamenta a atribuição, renovação e transmissão de alvarás, função que é conferida à Alta Autoridade para a Comunicação Social. Quando comparados os artigos, facilmente se verifica que o mais recente é também mais simples. O primeiro tem cinco pontos e um deles subdivide-se em várias alíneas. O segundo apenas necessita de três pontos para estabelecer e legislar o licenciamento das rádios. Esta é uma situação compreensível, uma vez que a primeira lei serviu sobretudo

para legalizar as rádios e atribuir os alvarás para o exercício da actividade de radiodifusão. Em 1996, na altura da revisão, o número de novas rádios que apareciam era muito inferior ao registado em 1987. A lei nº 2/97 introduz ainda mais alteração de relevo, que se prende com o valor das coimas a aplicar pelo não cumprimento do disposto em determinados artigos. Para além de mais especificados os incumprimentos, também os valores surgem diferentes e superiores aos anteriormente praticados.

Quatro anos após esta revisão à Lei da Rádio, o documento foi novamente alterado, ainda com António Guterres no Governo e Jorge Sampaio como Presidente da República. A primeira grande diferença está logo no artigo 5º e refere-se a serviços de programas universitários. Neste artigo prevê-se que as frequências disponíveis para a radiodifusão poderão ser utilizadas por populações universitárias. Após um concurso de atribuição de frequências, as candidaturas seriam avaliadas tendo em consideração factores como a diversidade e criatividade e a capacidade de contribuir para o debate de ideias e conhecimentos fomentando a aproximação entre a população universitária e local. Ainda neste artigo, estava prevista a proibição de qualquer publicidade e a obrigação de transmitir programação própria. Apesar desta alteração, em Portugal existe apenas uma rádio universitária portuguesa com emissão hertziana, a RUA, da Universidade do Algarve.

O artigo 7º desta lei faz referência à concorrência e concentração, que até aqui ainda não tinha sido referida na lei. No nº 1 deste artigo pode ler-se que os operadores radiofónicos deverão promover e defender a concorrência. As operações de concentração poderiam ser canceladas no caso de colocarem em causa a livre expressão e o confronto de correntes de opinião, tal como está disposto no nº 2 deste artigo.

O artigo 8º faz referência à transparência de propriedade, onde obriga a uma natureza nominativa das acções que constituem o capital social de rádios sob a forma de sociedade anónima.

Esta última alteração à Lei, aprovada em Fevereiro de 2001, acrescentou ainda mais alguns artigos importantes. O 10º faz referência ao serviço público a assegurar pelo Estado. O artigo 11º fala em incentivos, não discriminatórios, do Estado com vista a apoiar a radiodifusão local. O artigo 12º atribui ao Instituto da Comunicação Social a tarefa de

organizar um registo dos operadores radiofónicos e dos respectivos títulos de habilitação para a profissão. F artigo 13º aborda as questões técnicas e no seu nº 2 fixa que é possível solicitar a utilização de estações retransmissoras no caso de ser necessário melhorar a qualidade técnica do serviço.

O segundo capítulo desta lei refere-se ao acesso à actividade. A Secção I apresenta na generalidade as mesmas informações que as leis anteriores. A Secção II do segundo capítulo fala em apenas um artigo da radiodifusão digital terrestre e a Secção III refere-se à radiodifusão analógica.

A programação encontra-se disposta no terceiro capítulo. O artigo 38º é reservado ao estatuto editorial, que na lei anterior se encontrava englobado no artigo referente à liberdade de expressão e informação. As regras em relação ao estatuto editorial estão melhor definidas. É dito que o estatuto editorial deve ser elaborado pelo responsável da orientação e supervisão do conteúdo de programas e deve ser entregue à Alta Autoridade da Comunicação Social, no prazo de 60 dias a contar do início das emissões ou da entrada em vigor da lei.

No que diz respeito aos serviços noticiosos, dispostos no artigo 39º, não se verificam quaisquer alterações significativas. O artigo 40º fala da qualificação profissional e obriga a que os serviços noticiosos e as funções de redacção sejam assegurados por jornalistas ou por equiparados a jornalistas nas rádios locais. Até ao final deste capítulo ainda são abordadas a programação própria, o número de horas de emissão, o registo das emissões e a publicidade. No artigo 41º (programação) pode verificar-se que o número de horas de programação própria para as rádios de cobertura local aumenta de 6 para 8 horas. Os indicativos do nome da rádio e de outras informações com ela relacionada continuam a ter obrigatoriedade de ser transmitidos em intervalos não superiores a uma hora. O artigo 42º estabelece que as rádios que emitem por via hertziana terrestre devem funcionar 24 horas por dia.

O registo das emissões para efeitos de direitos de autor encontra-se disposto no artigo 43º. Em comparação com a lei anterior, as diferenças neste artigo, não são muitas. O artigo de 1997 estipula um prazo mínimo de 30 dias para a conservação das gravações. Noutro ponto é atribuído aos serviços de programas a responsabilidade de organizar um registo mensal das obras, acrescentando também os dados a utilizar.

Por fim, o artigo 44º (publicidade) refere logo no primeiro ponto que a publicidade se deve reger pelo disposto no Código da Publicidade. Também nesta lei se refere que a publicidade deve ocupar um espaço nunca superior a 20% da programação total da rádio. Continua a impossibilidade de os serviços noticiosos serem patrocinados e os programas que podem ter patrocínio devem estar bem assinalados com uma menção de que é um programa patrocinado.

Do artigo 45º até ao final (79º), a lei aborda ainda pontos como o serviço público, direito de antena, direito de resposta e rectificação e sanções que podem ser aplicadas aos meios de radiodifusão.

3. Problema de investigação

Passado o tempo da ilegalidade, as rádios piratas passaram a denominar-se “rádios locais” e “regionais”, consoante o tipo de frequência atribuída e a sua cobertura.

A necessidade de cumprir os compromissos decorrentes da atribuição do alvará levou muitas rádios ao encerramento. Sem grandes surpresas, a maior parte dessas rádios encontrava-se no interior do país. Se em 1989 foram entregues 400 alvarás, em 1992 já só existiam 243 rádios em Portugal (Merayo Pérez, 1994, 5). Em três anos desapareceram cerca de 150 rádios em todo o país.

Após a legalização, as rádios locais começaram a sentir dificuldades e por isso associaram-se a outras rádios de maior dimensão. Esta foi a solução que muitas emissoras encontraram para preencher o espaço de programação exigido por lei que acontecia devido à falta de recursos humanos e financeiros.

No quadro 1 (Santos, 2005, 141) é possível ver alguns dos grupos resultantes da referida associação de rádios.

Quadro 1 – *Grupos media em Portugal em 2003*

Grupo	Estações
Grupo RDP	Antena 1, Antena 2, Antena 3, RDP Internacional, RDP regional
Grupo Rádio Renascença	Rádio Renascença, RFM, Mega FM, Voz de Lisboa (e outras estações regionais)
Grupo Media Capital	Rádio Comercial, Rádio Clube Português, Cidade FM, Best Rock, Rádio Nacional, Romântica FM, 96.2 Lisboa
Grupo PT	TSF Rádio Jornal, Rádio Jornal Fundão
Grupo Nova Antena	RNA, Rádio Horizonte Planos (Évora)
Grupo Maior-Hiper (Rio Maior)	Rádio Maior, Hiper FM
Grupo Pernes-2000 (Santarém)	Rádio Pernes, 2000
Grupo RCA (Alentejo)	RCA, UniRádio
Grupo RCA (Ribatejo)	RCA, Bonfim, 100 (todas em Santarém)
Grupo Total FM	Total FM, Sagres FM (ambas em Faro)
Grupo Luso Canal (Lisboa)	Marginal, Oxigénio, Radar, Nova (Porto), Festival (Porto)
Grupo Rádio F – Noar	Rádio F (Guarda), No Ar (Viseu)
Grupo Rádio Capital	Rádio Capital (em várias cidades do país)
Grupo Norte Rádio Televisão	Estações em Bragança e Vila Real
Grupo RBA	Estações em Bragança e Vila Real
Grupo São Mamede	Estações em Portalegre, Évora e Castelo Branco

Grupo 94 FM	Estações em Leiria, Lisboa e Santarém
Grupo Rádio Regional Centro	Estações em Coimbra e Aveiro
Grupo Ateneu-Iris	Lisboa e Santarém
Grupo Nova Era	Rádio Nova Era (V. N. Gaia)

Esta situação, entretanto legislada, levou a uma descaracterização das rádios locais, uma vez que passaram a emitir programação que pouco tinha a ver com a área abrangida pela estação.

No que concerne à formação de profissionais, a legalização nada alterou. O acesso à profissão de jornalista continua a não exigir formação superior na área. Se até aqui a rádio era vista pelos seus profissionais como sendo um *hobby*, com a legalização essa visão alterou-se e os radialistas passaram a fazer desta profissão, o seu modo de vida. Como consequência, os funcionários passaram a ser remunerados. Nem todas as rádios conseguiam pagar a todas as pessoas envolvidas, levando a que muitos jornalistas procurassem outras emissoras para trabalhar, ou até outras profissões. Foi também inevitável reduzir o número de pessoas a trabalhar na estação, para poder reduzir as despesas.

Com toda esta situação, o número de funcionários diminuiu ou aumentou? Continuam a existir pessoas a trabalhar como colaboradores não remunerados? Actualmente as rádios apostam em funcionários com formação académica ou continuam a empregar jornalistas sem essa formação? Em que proporções?

Estas foram algumas das perguntas para as quais este trabalho procurou respostas.

Nesta altura não falamos ainda da Internet e das possibilidades que faculta, mas sim do computador e de outras tecnologias entretanto desenvolvidas. O computador permite redigir os textos, guardá-los em arquivo e fazer o alinhamento de noticiários. No início, tanto em Portugal como em Espanha, grande parte dos jornalistas apenas usavam o computador para redigir e imprimir os textos. Merayo Pérez confirma essa mesma situação num texto publicado em 1994, dizendo que “o emprego que se faz do computador – nos sítios onde estão instalados – é muito limitado, por falta de capacidades dos seus utilizadores, os quais se conformam aos poucos com o simples domínio de tratamento de

texto”. Raros eram os profissionais que faziam maior uso desta que se veio transformar uma ferramenta de trabalho para qualquer profissão.

A Internet chegou às redacções na segunda metade da década de 90 e começou por ser utilizada como fonte de informação. Uns anos depois e após ter sido consolidada a sua utilização, as rádios viram na Internet uma forma de chegar mais longe e a mais ouvintes com novos formatos. Mas será que as rádios aderiram a estas novas ferramentas?

A publicidade foi outro campo que sofreu alterações. Antes da legalização, a maioria dos funcionários da rádio trabalhava em regime de voluntariado. A legalização trouxe a necessidade de contratar os funcionários, uma situação que aumentou a estrutura de custos e obrigou as rádios a procurarem fontes de financiamento. A competição pela publicidade cresceu e os preços diminuíram, uma situação que se arrasta até aos dias de hoje.

O aparecimento de novos canais de televisão privados também teve repercussões nas audiências e, consequentemente, nas receitas publicitárias da rádio. Em determinados horários diminuiu o número médio de ouvintes o que levou a uma transferência dos anunciantes da rádio para a televisão. Apesar desta situação, muitos ouvintes continuam sintonizados nas rádios locais, participando nas emissões e contactando a rádio. Mas se inicialmente esse contacto se fazia por carta e telefone, actualmente as novas tecnologias permitem outras formas de contacto: quais são, afinal, os novos canais de comunicação entre as rádios locais e os seus ouvintes?

A dificuldade em conquistar novos ouvintes para rádios generalistas (não só pelo aparecimento da televisão, mas também pela rotina em que a rádio caiu), conduziu a que as rádios procurassem novas áreas de interesse para o seu público. Grande parte das rádios (se não mesmo a maioria) optou por dar mais espaço à música dirigida a uma faixa etária mais jovem. Outras, como a TSF, optaram pela aposta na informação, mas alguns horários estavam irremediavelmente perdidos para a televisão. Perante esta situação e a necessidade de inovar, como responderam as rádios?

As tendências de futuro estão sobretudo ligadas à Internet e a todas as ferramentas por ela disponibilizadas, uma vez que poderá constituir uma maneira de reinventar o modo de fazer rádio. “Pesquisadores da área de várias partes do mundo apontam para a necessidade de uma «reinvenção» do rádio para que se adaptar à nova tecnologia”. (Del Bianco, 2003, 2)

Em 1996, falava-se muito superficialmente na possibilidade de vir a existir a disponibilização Online de conteúdos radiofónicos. De facto a Internet veio alterar o modo de fazer rádio e passou a “oferecer serviços que unem ao som, elementos escritos e visuais e junta-se a outros *media* para estar presente e responder às solicitações do consumidor multimédia”. (Cordeiro, 2004). Mas de que forma estão as rádios a explorar as potencialidades da Internet?

Como verificámos, os primeiros dez anos após a legalização das rádios piratas ficaram marcados por constantes alterações legislativas que revolucionaram a rádio e o modo como esta era vista. Se numa década a rádio mudou muito, quais serão as principais alterações no modo de funcionamento, quase 20 anos depois da legalização?

Para responder a estas questões e avaliar a evolução registada nos últimos 19 anos foi pensada uma metodologia que desse a conhecer o modo como a rádio funcionava antes da legalização e a forma como hoje as rádios se encontram. Para tal não bastava apenas utilizar o método dos questionários e foi necessário realizar entrevistas a pessoas que tenham participado nos primeiros anos da rádio local em Portugal. Desta forma conseguimos obter as repostas procuradas e fazer uma melhor distinção entre a situação vivida há dois séculos e aquela com que hoje nos deparamos.

4. Metodologia

Para proceder a este estudo constatou-se a necessidade de recorrer a entrevistas realizadas a pessoas que participaram e fizeram parte do movimento das rádios piratas, mais tarde chamadas rádios locais. A bibliografia sobre o tema é reduzida e muitas informações disponíveis são contraditórias porque no período inicial as rádios trabalhavam na clandestinidade. Por isso, para se fazer um retrato do período anterior à legalização e imediatamente posterior a este processo, optámos por entrevistar duas personalidades marcantes deste movimento: António Colaço, um dos fundadores da Rádio Antena Livre de Abrantes, e José Faustino, um dos fundadores da Rádio Diana de Évora e presidente da Associação Portuguesa de Radiodifusão. Pela sua influência e pela participação no movimento do nascimento das rádios, procurámos obter através deles as informações que preenchessem as lacunas e as dúvidas existentes.

Foi elaborada uma entrevista semi-estruturada (anexo 1) composta por 19 perguntas que abordavam diferentes temas. Para além do contexto do nascimento das rádios, interessava saber o seu modo de funcionamento nos primeiros tempos de vida. Foram também elaboradas algumas perguntas relacionadas com os meios técnicos e humanos existentes nas rádios. Outras perguntas estavam relacionadas com as eventuais pressões, nomeadamente políticas ou económicas, que poderiam ser sentidas dadas as fragilidades económicas iniciais que as rádios apresentavam. A entrevista terminou com perguntas relacionadas relativas ao período posterior à legalização.

Feito o retrato da situação anterior, faltava traçar o quadro actual. Com essa finalidade foi preparado um inquérito que posteriormente foi enviado a cerca de metade das rádios locais actualmente existentes em Portugal. O objectivo da realização deste inquérito foi procurar saber junto dos próprios meios de comunicação o estado actual das rádios locais portuguesas, nomeadamente ao nível das condições financeiras e técnicas. O questionário, revelou ser a melhor opção para conhecer o conjunto de dados que se procuravam, uma vez que “é uma técnica de obtenção de dados sobre aspectos objectivos

(feitos) e subjectivos (opiniões, atitudes), baseada na informação (oral ou escrita) proporcionada pelo próprio sujeito”. (Igartua e Humanes, 2004)

Para a construção do inquérito foram utilizados dados recolhidos nas entrevistas, mas também informações compiladas nos estágios realizados numa rádio local e numa rádio nacional.

Os seis grupos de perguntas (anexo 4) abordavam os seguintes temas:

- Propriedade e Direcção: As rádios surgiram através de um movimento espontâneo de cidadãos comuns. Durante alguns anos foram esses cidadãos que suportaram as rádios. Na altura os custos ainda eram reduzidos, uma vez que as pessoas envolvidas eram, na sua grande maioria, voluntárias. Com a legalização tudo mudou. Nesta questão procurámos saber em que moldes se organizaram as rádios e o que mudou desde a legalização, traçando-se desta forma um perfil de cada rádio.

- Recursos Humanos: Neste grupo, as questões colocadas foram apenas quatro e pretendiam saber o número de funcionários remunerados e não remunerados, bem como o número de jornalistas com formação académica e sem formação académica existentes nas rádios. Desta forma pretendia-se verificar se os colaboradores dos primeiros anos foram substituídos por profissionais ou se o voluntariado continua a ser uma marca das rádios locais.

- Condições Técnicas: Nos anos 90 surgiram novos equipamentos que mudaram muito o modo de funcionamento das rádios nacionais. Com este grupo de questões pretendia-se saber até que ponto as rádios locais têm também acompanhado a evolução tecnológica. Desde as instalações onde se encontram, ao número de estúdios, da tecnologia e número de gravadores ao número de viaturas próprias, tudo foi questionado. Neste grupo, a Internet mereceu especial destaque.

- Audiência: É sabido que a televisão e a forte concorrência das rádios nacionais tem vindo a roubar audiências às rádios locais. O factor proximidade, a grande arma das rádios locais, é hoje explorado pelas televisões, que abriram delegações em todos os distritos do país. A melhoria das estradas reduziu o tempo de viagem, as novas tecnologias permitem enviar conteúdos a partir de qualquer ponto com uma ligação de rede e o aparecimento de canais temáticos criou o espaço de antena necessário para colocar no ar informação regional. Tudo isto provocou alterações nas audiências e por isso este grupo de questões procurava saber de que forma reagem as rádios locais a esta nova concorrência.

- Publicidade: A publicidade surgiu neste meio um pouco ao acaso, uma vez que começou a ser utilizada como retribuição de favores a empresas ou pessoas que ajudavam a rádio. Um exemplo disso é o caso da Metalúrgica Duarte Ferreira de que fala António Colaço na entrevista. Com o passar dos anos, a publicidade começou a ser vista como uma fonte de financiamento das rádios, que passaram a cobrar os anúncios emitidos, e actualmente ganhou tamanha importância que funciona como um sector autónomo dentro das rádios.

- Programação: A rádio do início dos anos 80 era muito diferente daquela que hoje podemos escutar. Programas como as radionovelas e os discos pedidos nasceram com a rádio e fizeram parte dela durante muitos anos. Também nessa altura, as horas de emissão, em muitos casos, não ultrapassavam as seis horas, sendo que por vezes nem todas elas eram emitidas em directo. As novas tecnologias permitiram melhorar a produção e a emissão, mas será que isso se repercute nas programações. Com esta pergunta procurava-se saber se existem grelhas tipo nas rádios locais ou se estas se limitam a copiar os modelos nacionais.

O inquérito foi enviado por e-mail a 140 rádios portuguesas, cerca de metade das rádios actualmente existentes em Portugal. O número de rádios para as quais foi enviado o inquérito foi escolhido numa relação proporcional às rádios existentes em cada distrito e a selecção foi aleatória.

5. Resultados e discussão

Responderam ao inquérito 31 rádios de 11 distritos. Destas, 29 nasceram nos anos 80 e apenas duas se formaram em 1990. Dessas 29, duas apareceram na primeira metade dos anos 80.

Para além da análise nacional dos dados obtidos foi ainda feita uma análise por região, dividindo-se o país em Norte (distritos de Viana do Castelo, Braga, Porto, Bragança, Vila Real, Aveiro e Viseu), Centro (Guarda, Castelo Branco, Coimbra, Leiria, Santarém e Lisboa) e Sul (Portalegre, Évora, Setúbal, Beja e Faro).

5.1 Propriedade e Direcção:

Quase metade dos detentores de alvarás de rádios locais portuguesas (quadro 2) são Cooperativas (48,4%), com as empresas (41,9%) a surgirem em segundo lugar.

Quadro 2 – *Entidade proprietária*

	Norte	Centro	Sul	Portugal
Empresa	33.3%	40%	55.6%	41.9%
Cooperativa	58.3%	50%	33.3%	48.4%
Outro	8.3%	10%	11.1%	9.7%

Apesar das percentagens nacionais apresentarem resultados semelhantes, a análise por regiões permite observar que as Cooperativas são maioritárias no Norte (58,3%) e no Centro (50%), enquanto no Sul ocorre o contrário, com as rádios pertencentes a Empresas a surgirem em maioria (55,6%).

Na segunda questão, as rádios responderam em relação a ligações a grupos *media*. Esta é uma tendência que parece acentuar-se cada vez mais nos restantes meios de comunicação, contudo, as rádios locais parecem ainda alhear-se dessa situação. Pelo que se pode observar (quadro 3), a grande maioria (83.8%) das rádios não estão ligadas a nenhum grupo *media*. Em contrapartida, 16.1%, afirmaram estar ligadas a jornais e Webtv.

Quadro 3 – Ligações a grupos media

	Norte	Centro	Sul	Portugal
Sim	25%	20%	0	16.1%
Não	75%	80%	100%	83.9%
Não responde	0	0	0%	0

Verificando a situação por regiões pode observar-se que é no Norte que as ligações mais existem, registando 25%. No Sul nenhuma rádio afirmou estar ligada a grupos *media*. No Norte todas as rádios que responderam afirmativamente encontram-se associadas tanto a um jornal como a uma Webtv.

Para melhor se perceber o tipo de organização das rádios, foi perguntado o número de pessoas que fazem parte da direcção. A nível nacional, as rádios que têm entre quatro e sete directores estão em maior número (51.6%). As rádios com um, dois ou três directores somam 45.2% do total.

Quadro 4 – Pessoas na direcção das rádios

	Norte	Centro	Sul	Portugal
1 a 3	41.7%	40%	55.6%	45.2%
4 a 7	50%	60%	44.4%	51.6%
8 ou mais	8.3%	0	0	3.2%
Não responde	0	0	0	0

Por regiões, no Norte metade das rádios (50%) afirmou ter entre quatro a sete directores. No Centro, a maioria das respostas (60%) pertence ao mesmo grupo, mas no Sul as rádios têm menos directores, entre um e três (55.6%).

5.2 Recursos Humanos:

No quadro relativo ao número de funcionários remunerados a nível nacional (quadro 5), pode facilmente compreender-se que a maioria das rádios trabalha com um reduzido número de funcionários, sejam eles jornalistas, comerciais, ou técnicos. Como se pode ver no quadro 5, as diferenças não são muito significativas entre as categorias de funcionários.

Quadro 5 - Funcionários remunerados: dados nacionais

	Jornalistas	Comerciais	Técnicos	Directores
1 a 3	70.9%	74.2%	77.4%	51.6%
4 a 7	22.6%	9.1%	3.2%	3.2%
8 ou mais	3.2%	3.2%	0	0
Não responde	3.2%	12.9%	19.4%	45.2%

Quadro 6 – Funcionários remunerados na região Norte

	Jornalistas	Comerciais	Técnicos	Directores
1 a 3	58.3%	75%	83.3%	58.3%
4 a 7	33.3%	16.7%	8.3%	0
8 ou mais	0	0	0	0
Não responde	8.3%	8.3%	8.3%	41.7%

Quadro 7 – Funcionários remunerados na região Centro

	Jornalistas	Comerciais	Técnicos	Directores
1 a 3	70%	90%	70%	50%
4 a 7	20%	0	0	10%
8 ou mais	10%	10%	0	0
Não responde	0	0	30%	40%

Quadro 8 – Funcionários remunerados na região Sul

	Jornalistas	Comerciais	Técnicos	Directores
1 a 3	88.9%	55.6%	66.7%	55.6%
4 a 7	11.1%	11.1%	0	0
8 ou mais	0	0	0	0
Não responde	0	33.3%	33.3%	40%

A maioria das estações (70.9%) consegue funcionar com três jornalistas, três comerciais (74.2%), o mesmo número de técnicos (77.4%) e de directores (51.6%). Apenas 22.6% das rádios consegue pagar a quatro ou mais jornalistas. Outra situação de realce é o facto de o número de directores remunerados ser menor, quando comparado com outras categorias, o que indica que as direcções de rádios continuam a funcionar em voluntariado.

Regionalmente verifica-se que é também no Norte (quadro 6) onde existem em maior número, funcionários remunerados. Apesar da maioria das rádios (58.3%) afirmar remunerar entre um e três jornalistas, encontra-se uma grande percentagem (33.3%) a pagar entre quatro e sete jornalistas. Também nos comerciais (75%) e técnicos (83.3%), a maioria das rádios afirma pagar apenas entre um e três funcionários.

No Centro (quadro 7), 70% das rádios afirmou ter entre um e três jornalistas remunerados e 10% das rádios afirmaram pagar a mais de oito jornalistas. No que diz respeito aos comerciais, 90% das estações declarou remunerar entre uma e três pessoas que exercem estas funções. Nos directores metade (50%) remunera entre um e três directores. Quanto a técnicos, as rádios apenas pagam a um, dois ou três funcionários.

No Sul (quadro 8), técnicos (66.7%) e directores (55.6%) são remunerados, no máximo, três por rádio. 88.9% das rádios afirmaram remunerar até três jornalistas, e 55.6% disseram pagar ao mesmo número de comerciais.

A pergunta seguinte, relativa ao número de funcionários não remunerados, foi a questão a que as rádios menos responderam. De acordo com as poucas respostas obtidas, verifica-se que em Portugal o número de jornalistas, comerciais, técnicos e directores não remunerados é inferior aos remunerados. A razão para a não resposta a esta questão é desconhecida apesar de ser possível que tal tenha acontecido pelo facto dos colaboradores não serem considerados funcionários das rádios. Apesar das colaborações não remuneradas registarem um decréscimo em relação aos primeiros anos, as rádios locais ainda têm muitos voluntários, contudo pela fraca resposta a esta questão não é possível estabelecer uma comparação entre o número de funcionários remunerados e não remunerados e verificar esta mesma situação.

Colocaram-se ainda questões relacionadas com o número de jornalistas com formação académica (quadro 9) e sem formação académica existentes nas rádios.

Quadro 9 – Jornalistas com formação académica

	Norte	Centro	Sul	Portugal
0	33.3%	30%	22.2%	32.3%
1 a 3	41.7%	60%	66.7%	51.6%
4 a 7	25%	10%	11.1%	16.1%
8 ou mais	0	0	0	0
Não responde	0	0	0	0

Os números indicam que em Portugal a maioria das rádios (51.6%) emprega, no máximo, três jornalistas com formação académica, mas 32.3% das rádios não têm qualquer jornalista com este grau de ensino

No quadro 9 verifica-se que no Centro (60%) e no Sul (66.7%), a maioria das rádios emprega entre um e três jornalistas com formação académica. No Norte, parte significativa das rádios (41.7%) afirmaram estar a trabalhar com um, dois ou três jornalistas licenciados.

Com ou sem formação académica, o facto é que os jornalistas titulares de carteira profissional são hoje presença obrigatória nas rádios, tal como obriga o artigo 12º - A da Lei n.º 87/88, de 30 de Julho, com as alterações resultantes da Lei nº2/97 de 18 de Janeiro. De facto, em Portugal as exigências para o acesso à profissão de jornalista são reduzidas, podendo qualquer pessoa com o 12º ano aceder à carteira profissional. Jornalistas são aqueles cuja “ocupação principal, permanente e remunerada, exercem com capacidade editorial funções de pesquisa, recolha, selecção e tratamento de factos, notícias ou opiniões, através de texto, imagem ou som, destinados a divulgação, com fins informativos, pela imprensa, por agência noticiosa, pela rádio, pela televisão ou por qualquer outro meio electrónico de difusão”. (artigo 1º da Lei nº 1/99 de 13 de Janeiro) No nº 3 do mesmo artigo também se consideram jornalistas os cidadãos que exerçam a função em regime de ocupação principal, permanente e remunerada há 10 anos seguidos ou há 15 anos com intermitências, desde que sejam portadores da carteira profissional. Entende-se desta forma que a profissão de jornalista é uma profissão regulada pelo tempo de exercício e pela posse de carteira profissional. Este título é uma condição para o exercício do jornalismo e pode ser conseguido por qualquer cidadão com mais de 18 anos que tenha realizado um estágio

de 12 meses (no caso da pessoa ser licenciada na área de comunicação ou curso equivalente) ou de 18 meses (nos restantes casos). Pelo disposto, entende-se que o exercício desta profissão, ao contrário de outras, não necessita de formação académica, tornando mais difícil o acesso à profissão por parte dos licenciados em comunicação.

Os dados apresentados na tabela seguinte (quadro 10) permitem concluir que quase metade das rádios (41.9%) tem ao seu serviço jornalistas com e sem formação académica. Apesar disso, 29% das emissoras respondeu que apenas emprega jornalistas com formação académica, não muito longe dos 25.8% de rádios que apenas têm jornalistas sem estudos na área.

Quadro 10 – Caracterização dos jornalistas das rádios

	Norte	Centro	Sul	Portugal
Só com formação académica	16.7%	20%	55.6%	29%
Só sem formação académica	25%	30%	22.2%	25.8%
Com ambos	50%	50%	22.2%	41.9%
Não responde	8.3%	0	0	3.2%

No Norte e no Centro, 50% das respostas apontaram para a existência de jornalistas com e sem formação. No Norte os jornalistas com formação apenas representam 16.7%, enquanto no Centro não vão muito além, com apenas 20%. No Sul a situação é completamente diferente: a maioria das rádios (55.6%) declarou apenas empregar jornalistas com formação académica, enquanto 22% disseram ter a trabalhar apenas jornalistas sem estudos na área. É a única região do país onde isso acontece e não coincide com o panorama nacional.

Esta constatação poderia estar ligada ao facto de existirem nas regiões cursos na área de jornalismo, porém não é isso que acontece. Verificando a oferta de cursos de ensino superior ligados à comunicação e ao jornalismo, constata-se que é no Centro onde esses cursos mais se concentram. Existem 10 cursos ligados à área no Centro do país, enquanto no Sul são cinco e no Norte apenas quatro, razão pela qual as ligações entre a oferta de cursos e a contratação de jornalistas com formação académica não são evidentes. O facto de

existirem estes cursos nestas regiões poderia levar a que, estando mais perto das universidades e politécnicos, as rádios locais aproveitassem os recursos humanos que estas disponibilizam. Contudo, a mobilidade que actualmente existe, leva a que os estudantes estejam em constante movimento e as dificuldades que hoje existem em encontrar emprego na área, levam a que os licenciados percorram o país à procura de um primeiro trabalho.

5.3 Condições Técnicas:

No grupo de perguntas dirigidas às condições técnicas, a primeira questão procurava informações sobre as instalações das rádios. Como se pode ver pelo quadro 11, a maioria das rádios locais, possui instalações arrendadas ou cedidas. Contudo, a resposta que obteve maior percentagem (38,7%) foi a de que as rádios possuem instalações próprias. As rádios com instalações arrendadas representam 29%, a mesma percentagem que as emissoras em instalações cedidas.

Quadro 11 - *Instalações*

	Norte	Centro	Sul	Portugal
Próprias	25%	40%	55.6%	38.7%
Arrendadas	25%	40%	22.2%	29%
Cedidas	41.7%	20%	22.2%	29%
Não responde	8.3%	0%	0%	3.2%

Por regiões, observa-se que o Sul reflecte a situação do país: a maioria das rádios encontra-se em instalações próprias (55.6%), e o resto divide-se em igual número por instalações arrendadas e cedidas. No Norte, grande parte das rádios (41.7%) funciona em instalações cedidas. As restantes repartem-se por instalações próprias e arrendadas. No Centro, a maioria encontra-se em igual número em instalações próprias e arrendadas (40% cada). Apenas 20% responderam encontrar-se em instalações cedidas.

A maioria das rádios que ocupa instalações cedidas obteve essas mesmas instalações através da autarquia, como afirmaram 66.7% das rádios. Por outro lado, em 33.3% dos casos, as instalações foram cedidas às rádios por particulares.

*Quadro 12 – Proprietário no caso de
cedência de instalações*

	Norte	Centro	Sul	Portugal
Autarquia	80%	50%	50%	66.7%
Particular	20%	50%	50%	33.3%
Não responde	0%	0%	0%	0%

Também no Norte do país, a grande maioria das rádios receberam as instalações das autarquias, pelo menos é o que indicam 80% das respostas. Tanto no Centro como no Sul, as rádios que responderam encontrar-se me instalações cedidas dividem-se, tendo 50% recebido as instalações da autarquia e os outros 50% de particulares.

Se o número significativo de instalações cedidas por particulares demonstra interesse da comunidade pelas rádios em questão, já o peso das autarquias levanta outro tipo de questões. No artigo 6º, a Lei da Rádio em vigor proíbe as autarquias de financiarem directa ou indirectamente as rádios. Embora a proibição de financiamento directo seja clara, as autarquias apoiam de outras formas: a publicidade relacionada com as autarquias que muitas vezes se ouve na rádio, por exemplo, é uma forma subtil das autarquias ajudarem economicamente as emissoras locais.

Ainda no âmbito das condições técnicas, procurámos saber o que mudou desde o tempo em que o estúdio era uma arrecadação, como nos primeiros anos da Rádio Covilhã, ou num sótão, como no caso da Rádio Cova da Beira. Apesar de grande parte das rádios questionadas funcionar com apenas um estúdio (32.3%), a maioria já dispõe de dois ou três estúdios (54.8%). A existência de quatro estúdios é ainda uma situação rara, apenas vivida por 12.9% das rádios locais portuguesas. Mais de cinco estúdios, é uma situação, provavelmente, apenas vivida pelas rádios nacionais.

Quadro 13 – Estúdios

	Norte	Centro	Sul	Portugal
1	25%	10%	66.7%	32.3%
2	33.3%	30%	11.1%	25.8%
3	25%	50%	11.1%	29%
4	16.7%	10%	11.1%	12.9%
5 ou mais	0	0	0	0
Não responde	0	0	0	0

À semelhança do que acontece a nível nacional, a maioria das rádios do Sul (66.7%) apenas dispõe de um estúdio. No Centro, 50% das rádios afirmou ter à disposição três estúdios e 30% disse ter dois estúdios. Com quatro estúdios encontram-se 10% das rádios do Centro do país. No Norte, as rádios com mais de um estúdio totalizam 75%. Dessas, 33.3% declararam ter dois estúdios, 25% disseram ter três estúdios e quase 16.7% afirmaram ter quatro estúdios.

No que concerne ao material de trabalho (quadro 14) utilizado pelos jornalistas, muita coisa mudou desde o tempo dos gravadores de cassetes, ainda que nalguns casos com alguma resistência. A maioria das rádios utiliza Mini-disc e Gravadores MP3 na recolha de som.

Quadro 14 – Equipamentos para recolha de som

	Norte	Centro	Sul	Portugal
Apenas Mini-disc	0	30%	22.2%	16.1%
Apenas Gravador MP3	33.3%	30%	11.1%	25.8%
Ambos	66.7%	40%	66.7%	58.1%

Os gravadores Mini-disc substituíram os gravadores de cassetes, mas está já a ser gradualmente substituído pelos Gravadores MP3. A maioria das rádios (58.1%), apesar de aderir aos Gravadores MP3, não deixa os Mini-disc: as explicações para este facto são as dificuldades financeiras, a compatibilidade de equipamentos e a ideia de que a qualidade de som dos Mini-disc continua a ser melhor do que a dos gravadores de MP3 com o mesmo preço.

No que se refere à quantidade, as rádios que apenas possuem Mini-disc, têm em média, quatro gravadores disponíveis. As rádios que utilizam os Gravadores MP3 têm em média, três gravadores. Nas rádios que preferem utilizar ambos equipamentos verifica-se que os Mini-disc se encontram em número superior, ou em número igual ao dos Gravadores MP3. A situação contrária acontece apenas em duas rádios. Em geral, as rádios têm três Mini-disc e dois Gravadores MP3.

Na contextualização histórica do fenómeno das rádios locais foi possível verificar que nos primeiros anos apenas algumas rádios tinham viaturas próprias. Passados quase 20 anos, essa parece ter passado a ser uma condição obrigatória para a maioria das rádios portuguesas. Quase 67.7% das rádios locais de Portugal dispõe de viatura própria (quadro 15) e algumas rádios possuem mais do que uma viatura.

Quadro 15 – Rádios com viatura própria

	Norte	Centro	Sul	Portugal
Sim	33.3%	90%	88.9%	67.7%
Não	66.7%	10%	11.1%	32.3%
Não responde	0	0	0	0

Regionalmente, o Norte é a zona do país que mais dispensa o carro. Quase 66.7% das rádios afirmaram não ter viatura própria. No Centro (90%) e no Sul (88.9%) a situação inverte-se. No que concerne ao número médio de viaturas por região, o Norte não chega às duas viaturas por rádio e o Centro e o Sul situam-se perto das duas viaturas. Esta diferença poderá ser explicada pelo modo de trabalhar das rádios em questão e também pelas distâncias que necessitam ser percorridas para realizar os trabalhos. Em muitos locais o jornalista desloca-se na sua viatura para cobrir um acontecimento, apresentado posteriormente os gastos em combustível que são pagos pela rádio. Outras preferem colocar à disposição dos funcionários algumas viaturas para que estes se desloquem em serviço, controlando e assumindo desde logo as despesas. Além destas diferenças no modo de funcionamento e gestão dos equipamentos, há rádios que apenas fazem a cobertura noticiosa da localidade onde se inserem e outras que fazem a cobertura dos concelhos limítrofes.

Com a massificação da Internet, sobretudo na década de 90, foram introduzidas alterações nos conteúdos e no modo de apresentação das rádios em geral. No final da década passada, a Internet começou a surgir associada às emissões e levou a que as rádios apostassem fortemente na sua divulgação através deste meio de comunicação chegar às novas gerações, a Internet pode levar as rádios para lá da sua zona de cobertura hertziana, um factor importante num país de forte migração interna e emigração.

Atentos a esta realidade, 96.8% das rádios que responderam ao inquérito afirmou ter sítio na Internet ou emissão Online (quadro 16).

*Quadro 16 – Rádios com sítio na Internet
ou emissão Online*

	Norte	Centro	Sul	Portugal
Sim	91.7%	100%	100%	96.8%
Não	8.3%	0	0	3.2%
Não responde	0	0	0	0

Analisando as respostas por regiões, verifica-se que a única rádio que afirmou não disponibilizar emissão Online ou sítio na Internet se encontra no Norte do país. Tanto no Centro como no Sul, as respostas afirmativas atingiram os 100%.

A aposta na apresentação e nos conteúdos Online é forte. Muitos dos sítios exibem uma imagem jovem, outros uma imagem mais séria, mas todos com uma grande aposta na informação veiculada pela estação. Esta aposta na Internet tem sido apoiada pelo Gabinete para os Meios de Comunicação Social (GMCS). De acordo com dados apresentados no sítio da instituição, de 2002 a 2004 foi atribuído a 29 rádios locais o incentivo à criação de conteúdos na Internet para estas rádios, resultando no montante de quase 479 mil euros. São estímulos que não se resumem à aposta em conteúdos de Internet, para que as rádios locais adiram às novas tecnologias e continuem a evoluir.

Associada a essa questão, foi colocada uma outra de resposta livre, relacionada com as vantagens encontradas na disponibilização de emissão Online e no facto de ter um sítio

na Internet. Todas as respostas obtidas referem o aumento de audiência, principalmente na comunidade de emigrantes portugueses espalhados pelo mundo. Outras referem a possibilidade de angariação e venda de publicidade e também a possibilidade de interacção com os ouvintes. De todas as questões colocadas às rádios, esta parece ser aquela onde se regista um maior equilíbrio.

Associado à questão da Internet, foi ainda perguntado se as rádios disponibilizam programas em Podcast. Apesar de 96,8% das rádios terem presença na Internet, apenas 16.1% oferecem programas em Podcast (quadro 17).

Quadro 17 – Rádios que disponibilizam programas em Podcast

	Norte	Centro	Sul	Portugal
Sim	8.3%	30%	11.1%	16.1%
Não	83.3%	70%	88.9%	80.6%
Não responde	8.3%	0	0	3.2%

A nível nacional o Podcast recolheu ainda muito poucos adeptos, e observando as regiões através do quadro, verifica-se que a grande parte desses adeptos se encontra na região Centro do país, tendo 30% das rádios aderido a essa nova ferramenta. No Norte a percentagem de rádios com Podcast na Internet não chega aos 9% e no Sul pouco passa dos 11%.

Apesar de apostarem na página de Internet, as rádios locais ainda não disponibilizam muitos conteúdos programáticos em Podcast. Esta possibilidade é ainda muito recente, pelo que as rádios podem ainda não estar aptas a fazê-lo ou até desconhecer as funcionalidades e possibilidades deste sistema. Habitadas a que as pessoas ouçam a emissão em directo através da telefonia, as rádios apresentam na página de Internet apenas os conteúdos informativos e outras informações que possam ser mais úteis aos ouvintes. Por outro lado, os ouvintes podem também ainda não estar familiarizados com o Podcast, pelo que a sua utilização não é comum nas rádios que o disponibilizam e a sua falta em determinadas rádios não é sentida.

5.4 Audiência:

No que concerne a audiências, grande parte das rádios não respondeu ou declarou não ter dados sobre o tema. Algumas rádios apontaram números, mas todos eles muito díspares. As rádios do litoral do país apontam números superiores, chegando até, no caso de rádios dos grandes centros urbanos, a atingir os dois milhões de ouvintes. Nas restantes rádios o número de ouvintes fixava-se entre os 1500 e os 30 mil.

Quanto ao período de maior audiência, 67.7% das rádios, declararam ser o período da manhã (quadro 18), o que está de acordo com os dados das rádios nacionais. As restantes rádios (32.3%) não conseguem identificar diferenças significativas nos vários períodos do dia.

Quadro 18 – Período de maior audiência

	Norte	Centro	Sul	Portugal
Manhã	75%	60%	44.4%	67.7%
Tarde	0	0	0	0
Noite	0	0	0	0
Sem diferenças significativas	25%	20%	55.6%	32.3%
Não responde	0	10%	0	0

As rádios tentam sempre responder às expectativas dos ouvintes, por isso é através das reacções destes últimos que as rádios conseguem saber se estão a realizar um bom trabalho. Questionadas acerca das reacções dos ouvintes em relação à programação emitida, a resposta foi unânime: a totalidade das rádios de Portugal recebe feedback dos ouvintes.

Foi ainda perguntado de que forma as rádios recebem as reacções dos ouvintes. A resposta mais repetida foi a Internet: apenas 3.2% das respostas não indicavam a Internet como um meio de recepção de feedback. O velho hábito de escrever para a rádio por carta começa a ser substituído pelo correio electrónico. Ainda assim, 35.5% das rádios afirmaram receber as reacções dos ouvintes através de todas as opções dadas, incluindo o correio. O telefone continua a ser o meio mais utilizado para fazer chegar às rádios as opiniões e

sugestões dos ouvintes. Somadas as respostas em que o telefone foi referido, temos um total de 77%.

Quadro 19 – Modo de recepção de feedback

	Norte	Centro	Sul	Portugal
Internet	16.7%	30%	11.1%	19.4%
Correio	0	0	0	0
Telefone	0	10%	0	3.2%
Internet e Correio	8.3%	0	0	3.2%
Internet e Telefone	41.7%	30%	44.4%	38.7%
Correio e Telefone	0	0	0	0
Todos	33.3%	30%	44.4%	35.5%
Não responde	0	0	0	0

A situação regional espelha a situação nacional. As maneiras mais comuns de chegar até às rádios locais são a Internet e o telefone. No Norte, tal como no Sul, a Internet é referida em todas as respostas. No Centro a percentagem cai para os 90%, uma vez que 10% das rádios afirmaram receber feedback apenas através de telefone. O telefone foi referido por 75% das rádios no Norte, 70% no Centro e 88.8% no sul. Já o correio foi indicado por 41.6% de rádios localizadas no Norte do país, 30% das rádios do Centro e 44.4% das rádios mais a Sul de Portugal.

5.5 Publicidade:

Na primeira questão deste grupo procurava-se saber o número médio de spots publicitários emitidos ao longo do dia. As respostas foram muito diferentes, contudo, uma grande parte declarou emitir 150 spots ou menos. É uma fatia que representa 51.6% do total do bolo, como se pode ver no quadro 20. Apenas 3.2% afirmaram emitir, em média, mais de 450 spots por dia.

Quadro 20 – N° médio de spots emitidos diariamente

	Norte	Centro	Sul	Portugal
150 ou menos	58.3%	30%	66.7%	51.6%
151 a 300	16.7%	20%	0%	12.9%
301 a 450	0	10%	11.1%	6.5%
451 ou mais	0	10%	0	3.2%
Não responde	25%	30%	22.2%	25.8%

Regionalmente verifica-se que no Norte e no Sul a maioria das rádios emite menos de 150 spots diários, situação semelhante à da generalidade do país. No Centro, as respostas estão mais divididas: 30% das rádios emitem menos de 150 anúncios por dia, 20% emitem entre 151 e 300 spots, 10% passam entre 301 e 450, e outros 10% afirmam emitir mais de 451. É uma situação que é única no país.

Os preços da publicidade radiofónica têm vindo a baixar de forma consistente nos últimos anos, tal como referiu José Faustino na entrevista realizada no âmbito deste trabalho. Por isso procurámos saber o preço da publicidade na rádio.

A maioria das rádios portuguesas (64.5%) vende anúncios a 3 euros ou menos, 22.5% das estações cobram entre 4 e 6 euros, e 3.2% consegue vender publicidade a preços que variam entre os 7 e os 9 euros. Cobrar 10 euros ou mais por cada anúncio é uma situação inexistente ou, pelo menos, muito rara.

Quadro 21 – *Preço por spot de publicidade*

	Norte	Centro	Sul	Portugal
3€ ou Menos	66.7%	60%	55.6%	64.5%
4€ a 6€	16.7%	30%	33.3%	22.5%
7€ a 9€	8.3%	0	0	3.2%
Mais 10€	0	0	0	0
Não responde	8.3%	10%	11.1%	9.7%

Esta é uma situação que não acontece apenas no seio das rádios locais. Na imprensa regional também se sentem dificuldades ao nível da venda de publicidade. O jornal Reconquista, de Castelo Branco, é um dos que sente estas dificuldades. O administrador Vítor Serra conta que de 1990 a 2001 os preços foram sempre aumentando. A partir de 2001, os preços têm diminuído e mesmo assim tem-se verificado um aumento dos descontos. Para além do aumento da concorrência entre os jornais, os anunciantes têm perdido capacidade financeira para poder publicitar a sua empresa, o que tem levado a uma diminuição do volume de publicidade também nos jornais regionais.

5.6 Programação:

A primeira pergunta sobre a programação procurava saber o número de horas de emissão em directo. A grande maioria (70.9%) emite em directo durante mais de 11 horas por dia (quadro 22). Pode também verificar-se que 9.7% das rádios emite em directo menos de 6 horas, situação que não é permitida por legislação como mais à frente se poderá verificar e esclarecer.

Quadro 22 – Horas de emissão em directo

	Norte	Centro	Sul	Portugal
Menos de 6	0	20%	11.1%	9.7%
7 a 11	16.7%	10%	11.1%	12.9%
Mais de 11	75%	70%	66.7%	70.9%
Não responde	8.3%	0	11.1%	6.5%

Na análise por regiões a situação mantém-se, com a maioria das respostas a fazer emissão em directo durante mais de 11 horas diárias. No Norte essa foi a resposta de 75%, no Centro contaram-se 70% de rádios nessa situação e no Sul esse número ficou-se pelos 66.7%. De salientar também que no Norte, nenhuma rádio referiu emitir em directo menos de seis horas por dia.

O facto de existir uma emissão em directo leva a pensar que essa mesma emissão faz parte da programação própria da rádio, uma vez que é o locutor quem conduz a emissão e atribui ao programa o seu estilo. Ao indicarem emitir menos de 6 horas em directo, depreende-se que emitem menos de 6 horas de programação própria, o que não é permitido por lei. O artigo 41º indica que as rádios devem emitir um mínimo de 8 horas de programação própria. Apesar desta situação, o certo é que cada vez mais as rádios emitem conteúdos e programas pré-gravados, que apesar de não serem emitidos em directo, são considerados programação própria.

Como a maioria destas rádios aposta na informação local, uma das razões que estiveram na origem da sua criação, as questões seguintes procuraram saber o número de noticiários em directo (quadro 23) e o número de noticiários gravados (quadro 24). Os

dados permitem concluir que uma parte significativa das rádios portuguesas (35.5%) emite principalmente noticiários em directo e a quase totalidade (96,8%) emite menos de seis noticiários gravados.

Quadro 23 – Noticiários em directo

	Norte	Centro	Sul	Portugal
Menos de 6	41.7%	80%	66.7%	61.2%
7 a 11	25%	10%	33.3%	22.6%
Mais de 11	25%	10%	0	12.9%
Não responde	8.3%	0	0	3.2%

Quadro 24 – Noticiários gravados

	Norte	Centro	Sul	Portugal
Menos de 6	100%	90%	100%	96.8%
7 a 11	0	10%	0	3.2%
Mais de 11	0	0	0	0
Não responde	0	0	0	0

Em relação aos noticiários em directo, pode observar-se que existem algumas rádios (61.2%) a emitir menos de seis por dia, contudo destaque-se o facto de 12.9% das rádios o fazerem mais de 11 vezes diariamente. Quanto aos noticiários gravados é fácil verificar que têm pouco peso na programação, uma vez que a grande maioria (96.8%) afirma não o fazer mais de seis vezes por dia.

A nível regional, no Norte e Sul todas as rádios emitem, no máximo, seis noticiários gravados por dia, o que no Centro acontece em 90% das rádios. No que diz respeito aos noticiários em directo, verifica-se que é o Norte que mais os emite, o que pode ser inferido a partir do número de rádios que dizem emitir sete a 11 noticiários e mais de 11, que totalizam 50%, enquanto no Centro a percentagem é de 20% e no Sul 33.3%. No Centro a maioria (80%) declarou emitir menos de seis noticiários em directo, tal como acontece no Sul onde também a maioria (66.7%) emite menos de seis por dia.

De salientar que o número médio de noticiários encontra-se nos 8 diários. Por regiões, a Norte é onde a média supera a média nacional (nove por dia), o Centro tem uma

média de sete noticiários e por fim o Sul tem seis. Refira-se ainda que muitas destas rádios, os noticiários diários se dividem em noticiários gravados e noticiários em directo.

Ainda no espaço de perguntas referentes à programação, foi pedido às rádios que assinalassem os programas que realizam, utilizando para isso a tipologia proposta no inquérito.

De acordo com os resultados (quadro 25), a entrevista é o tipo de programa mais utilizado com 90.3% das rádios a emití-lo. Logo a seguir, os programas que mais se realizam nas rádios são os passatempos, os programas de autor e as reportagens (todos com 87.1%). Os discos pedidos apresentam um valor alto (77.4%), dado interessante já que se trata de um dos primeiros programas a nascer na rádio e contraria a ideia de que é preciso inovar. Debates e relatos de futebol são realizados em 64.5% das rádios. No fim da lista, e sendo os menos emitidos, encontram-se a transmissão de espectáculos (45.2%) e os programas escolares (41.9%).

Quadro 25 – Programas realizados na rádio

	Norte	Centro	Sul	Portugal
Discos Pedidos	83.3%	70%	77.8%	77.4%
Passatempos	100%	80%	77.8%	87.1%
Programas de autor	75%	80%	100%	87.1%
Debates	75%	70%	55.6%	64.5%
Reportagem	100%	80%	77.8%	87.1%
Entrevista	91.7%	80%	100%	90.3%
Relatos de Futebol	75%	60%	55.6%	64.5%
Transmissão de espectáculos	50%	40%	22.2%	45.2%
Programas escolares	41.7%	50%	33.3%	41.9%

A nível regional, a entrevista também aparece bem colocada, contudo, com variações de região para região. Começando pelo Norte, os programas mais habituais nas grelhas são os passatempos e a reportagem com 100% de respostas nesse sentido. Logo depois aparece a entrevista (91.7%). Todos os outros programas obtiveram uma elevada percentagem, à excepção da transmissão de espectáculos (50%) e dos programas escolares

(41.7%) que, à semelhança dos índices nacionais, também obtiveram percentagens mais baixas. Nas rádios do Centro do país todos os programas estão sensivelmente ao mesmo nível percentual, ainda assim destaque para os passatempos, programas de autor, reportagem e entrevista que se apresentam em maioria com 80%. Também aqui, a transmissão de espectáculos (40%) e os programas escolares (50%) aparecem como os menos praticados. Situação igual no Sul de Portugal. Na posição oposta encontram-se os programas de autor e a entrevista, ambos praticados pela totalidade de rádios do Sul que responderam ao inquérito.

Tendo em consideração que após a legalização muitas rádios se ligaram à Igreja e que o país é maioritariamente católico, foi perguntado se as rádios incluem na sua programação a transmissão da celebração dominical da Igreja Católica. Cerca de 70.9% das rádios afirma não emitir missa em qualquer ocasião ou altura do ano (quadro 26).

Quadro 26 – Rádios que emitem missa

	Norte	Centro	Sul	Portugal
Sim	8.3%	50%	22.2%	25.8%
Não	83%	50%	77.8%	70.9%
Não responde	8.3%	0	0	3.2%

No Norte e Sul de Portugal a situação verificada espelha a situação nacional, onde apenas uma pequena parte das rádios faz a emissão da missa. De salientar a situação verificada no Centro, onde metade das rádios que responderam transmite missa pelo menos uma vez por ano.

Portugal é um país católico e no século passado, a rádio constituía uma importante forma de chegar até toda a população razão pela qual, a emissão da celebração passou a ser comum nas rádios locais. Ao longo do passar dos anos, deixou de ser vantajoso transmitir a celebração da Eucaristia pois este era um tempo com uma audiência reduzida. Podendo ocupar esse espaço com programas mais atractivos para a generalidade da população, as rádios esqueceram a transmissão de missa para apostar em novos conteúdos.

Um dos fenómenos ocorridos na década passada foi a compra de rádios locais por Igrejas e seitas religiosas. Noutras situações, essas igrejas adquiriam espaços onde emitiam programas previamente gravados. Actualmente a emissão deste tipo de programas ocorre apenas em 22.6% das rádios.

Quadro 27 – Rádios com programas de outras Igrejas

	Norte	Centro	Sul	Portugal
Sim	0	30%	44.4%	22.6%
Não	100%	60%	55.6%	74.2%
Não responde	0	10%	0	3.2

Na análise por regiões destaca-se o facto de serem as rádios do Centro (30%) e do Sul (44.4%) a manterem em antena este tipo de programas.

Como foi possível constatar, a legalização das rádios marcou o início de um processo evolutivo que alterou totalmente o modo de fazer rádio. À semelhança do que aconteceu com outros órgãos de comunicação, as rádios locais portuguesas têm sofrido alterações que se devem não só à intenção de melhorar os conteúdos que oferecem aos seus ouvintes, como também às alterações económicas, políticas e sociais que vão ocorrendo no país.

6. Conclusões

Duas décadas provocam muitas alterações em qualquer meio de comunicação. Ainda mais se tivermos em conta que durante esse tempo ocorreram um sem número de inovações tecnológicas e mudanças a todos os níveis. E, de facto, foi ao nível das inovações tecnológicas que a rádio mais mudou e as diferenças são mais sentidas.

6.1 Condições Técnicas:

Antes de mais, generalizou-se do uso do computador. A sua introdução nas redacções veio ajudar o trabalho dos jornalistas ou, pelo menos, mudá-lo em alguns aspectos: possibilitou a escrita e a organização de noticiários de uma forma mais prática e, numa outra fase, facilitou a reprodução de músicas em antena, tornando-se um aparelho obrigatório em qualquer estação emissora.

Ainda neste campo, a Internet tem vindo a impor-se nas rádios locais como ferramenta de pesquisa mas, sobretudo, como uma forma de chegar mais longe, quebrando a barreira da distância. Com a Internet, os emigrantes ficaram mais perto da localidade onde nasceram graças às emissões Online. A conquista desta nova audiência permitiu ainda atrair novos anunciantes.

Apesar de pouco utilizado, o Podcast permite igualmente ganhar audiência, e anular uma outra barreira: o tempo. Com o Podcast, os ouvintes não ficam condicionados ao horário de emissão nem ao local onde querem ouvir: qualquer pessoa pode fazer download para o seu MP3 ou IPOD e ouvir o programa de rádio em qualquer lugar, a qualquer hora e quantas vezes desejar. Apesar de já quase todas as rádios terem aderido à Internet como meio de divulgação e à emissão Online, o mesmo não acontece com o Podcast. Não são muitas as rádios locais que disponibilizam os seus programas neste formato, contudo nas rádios nacionais, o Podcast já pegou em força.

Os equipamentos de recolha de som também sofreram alterações. Até ao aparecimento dos Mini-disc, as rádios recolhiam som utilizando cassetes de fita. Para além de serem muito pouco práticas, a qualidade de som era má. Mais uma vez, a evolução tecnológica permitiu que as cassetes fossem substituídas pelos Mini-disc e que os antigos discos de vinil, que emitiam a música para a antena, dessem a vez aos CD's. A utilização dos gravadores de MP3 e as novidades a ele associadas possibilitaram aos jornalistas emitir as notícias com melhor qualidade e facilitaram em larga escala o seu trabalho de recolha de som. Estes gravadores evitam que o jornalista tenha de passar os sons para o computador em tempo real, com evidentes ganhos de tempo. Desta forma, ao editar o som, o jornalista está também a melhorá-lo, retirando respirações, momentos de pausas ou «brancas», repetições de determinadas palavras e enganos, reduzindo assim significativamente o tempo do som a colocar em antena. Estes ganhos de tempo por unidade noticiosa permitiram incluir um maior número de notícias nos informativos, enriquecendo assim os conteúdos.

6.2 Propriedade e Direcção:

Outra das transformações sentidas ao longo destes 20 anos foi a mudança de instalações. As instalações provisórias dos primeiros anos foram substituídas por edifícios ou apartamentos mais adequados ao exercício de radiodifusão. No processo de legalização, muitas rádios foram apoiadas pelo poder local, que continuou a ajudar após a conclusão do processo. Embora a lei o proíba, os dados revelam que 66,7% das actuais instalações foram cedidas por autarquias. Tal como foi referido na discussão dos resultados, esta situação acontece um pouco por todo o país, apesar de ser proibida pela actual lei que não permite apoios directos ou indirectos à radiodifusão por parte de partidos políticos ou autarquias locais. A rádio vive dos acontecimentos políticos e tal como os outros meios de comunicação, de informações relevantes para fornecer aos ouvintes. Por sua vez, as autarquias precisam dos meios de comunicação para poderem chegar aos eleitores e passarem a sua mensagem. A cedência de instalações e a atribuição de publicidade às rádios são algumas das formas encontradas para que as boas relações entre ambos se mantenham.

Durante este trabalho já nos debruçámos sobre o facto de as rádios estarem associadas a grupos de comunicação. Depois de uma fase onde os grupos eram constituídos apenas por rádios nacionais e locais, actualmente os grupos incluem jornais e Webtv, neste último caso tentando aproximar-se da oferta da televisão.

No que concerne à propriedade, a maior parte das rádios pertence a uma cooperativa. Há 20 anos, aquando da legalização, a formação de cooperativas foi a solução que mais agradou aos dinamizadores de rádios pois em termos legais e fiscais esta opção era a mais vantajosa.

Quando as rádios apareceram, eram compostas por grupos de amigos ou colegas com a intenção de fazer rádio. A legalização trouxe a necessidade de organizar a estrutura das rádios e por isso foi preciso atribuir cargos dentro das empresas. Logicamente, as pessoas envolvidas na fundação da rádio assumiram os postos de maior importância, nomeadamente, cargos de direcção. As respostas aos questionários indicam que a maioria das rádios tem entre quatro e sete directores, sendo que muitos deles são as pessoas que na legalização ocuparam esses cargos.

6.3 Recursos Humanos:

No campo dos recursos humanos constata-se que as rádios locais têm em média dois jornalistas, dois comerciais, um técnico e um director remunerados. Contudo, e porque a rádio nasceu associada ao voluntariado, sempre teve muitas pessoas envolvidas a trabalhar gratuitamente, o que continua a acontecer actualmente. O número médio de jornalistas não remunerados nas rádios portuguesas não chega a um funcionário por rádio. O mesmo acontece com os comerciais e os técnicos. Acredita-se, desta forma, que as rádios funcionam com o envolvimento de poucas pessoas, sendo a maioria remunerada. O espírito de voluntariado já não é tão evidente como no início, apesar de ainda estar presente em muitas emissoras locais.

Em parte, o voluntariado foi desaparecendo porque a audiência se tornou mais exigente, a concorrência aumentou e foi preciso apostar na profissionalização. Antes da legalização, não existiam cursos que ensinassem a fazer rádio, uma vez que as rádios não existiam aos olhos da lei. Com a massificação dos cursos superiores de jornalismo em Portugal a oferta deste tipo de profissionais aumentou e por isso são cada vez mais as rádios que empregam pessoas com formação académica. Apesar das rádios locais empregarem ainda muitos jornalistas sem formação académica, a situação tem vindo a alterar-se e hoje as rádios já contratam muitos jovens licenciados na área da comunicação, o que tem contribuído para que os conteúdos se alterem. Os estudantes de jornalismo e comunicação aprendem novas técnicas e teorias que por vezes as rádios ainda desconhecem, introduzindo ideias inovadoras que ajudam a rádio a progredir.

Esta tendência de empregar jovens licenciados nos meios de comunicação é também abrangida por apoios específicos que o Gabinete para os Meios de Comunicação Social disponibiliza desde 2005. A Portaria nº 158/2005 de 9 de Fevereiro refere-se justamente aos apoios à contratação de profissionais qualificados para as rádios de âmbito regional e local o que pode ser visto como um reconhecimento da mais-valia que os licenciados representam para as rádios locais.

6.4 Publicidade e Audiência:

A publicidade constitui a mais importante fonte de receitas dos meios de comunicação social. Nos primeiros anos, a rádio local era uma novidade e por isso a publicidade era fácil de conseguir, mas na segunda metade da década de 90 a situação piorou e a angariação de publicidade ficou mais difícil. A resposta foi baixar os preços e por isso actualmente as rádios emitem muitos spots de publicidade a preços mais baixos do que nos primeiros anos de actividade. A maioria das estações vende a publicidade a menos de três euros, o que indica uma forte concorrência.

Os anunciantes escolhem a rádio onde querem publicitar a sua empresa, não só pelos preços, mas também pela qualidade de emissão e pela audiência. O número médio de

ouvintes é muito variável, sendo nos grandes centros urbanos onde se registam os valores mais elevados. Quanto ao período do dia em que se registam as maiores audiências, as rádios refere ser a manhã. A noite parece ser o período em que as pessoas menos sintonizam as frequências. A explicação poderá estar na presença obrigatória de pelo menos uma televisão em cada casa. Como é fácil de notar, as pessoas ligam-se à televisão à hora de jantar e, estando em casa, não ligam o rádio.

Sabe-se que hoje as pessoas ouvem rádio no carro quando se deslocam para o trabalho ou para casa no final do dia. Sendo um meio de comunicação que exige apenas o sentido da audição, a rádio é também muito ouvida nos locais de trabalho. Talvez por essas razões, e de acordo com o Bareme Rádio 2007 da Marktest, sejam “Os quadros médios e superiores e os jovens dos 25 aos 34 anos são os targets com maior afinidade com o meio, ao registar audiências superiores, respectivamente 71.9% e 70.9%”. De acordo com o mesmo estudo, as domésticas, idosos e os indivíduos da classe social baixa, são aqueles que menos ouvem rádio.

O contacto com a audiência também mudou muito nos últimos 20 anos. O feedback é recebido por telefone, mas sobretudo através do e-mail. O correio electrónico é a forma mais utilizada pelos ouvintes para entrar em contacto com a rádio. Para além de ser mais rápido e fácil, é também menos dispendioso do que o correio tradicional. Os ouvintes enviam mails para felicitar a rádio pelo trabalho desenvolvido, contudo também o fazem muitas vezes para sugerir novos programas e dar conta de situações que podem ser notícia na rádio.

6.5 Programação:

A programação das rádios locais também mudou muito, mas ainda hoje são emitidos formatos que marcaram os primeiros anos, como os Discos Pedidos. Pode dizer-se que este programa nasceu com a rádio e desde sempre atraiu um grande número de ouvintes, não só pela variedade musical, mas também pela proximidade com as pessoas. E

na verdade, o formato do programa parece, ainda hoje, adequar-se à audiência, pois a maioria das rádios ainda o emite.

A reportagem, os programas de autor e os passatempos são programas que foram criados ao longo destes 20 anos, que as rádios emitem e parecem confiar. Os programas escolares são dos menos realizados nas rádios. No lado oposto encontra-se a entrevista que é praticada pela quase totalidade das rádios locais portuguesas.

Outra alteração sentida nestes 20 anos foi a transmissão de missa. As Igrejas viram na rádio, pela altura da legalização, uma boa maneira de chegar ao maior número de pessoas possível. Pelas elevadas audiências registadas naquela altura, as Igrejas associaram-se à rádio tendo, inclusive, criado a Associação de Rádios de Inspiração Cristã. A transmissão de missa era habitual, contudo durante os anos 90 foi perdendo força. Hoje, apenas uma pequena minoria afirma fazer essa transmissão, pelo menos uma vez por ano. Porém, não se pense que esta situação acontece por estarem a aparecer outras religiões no nosso país, pois também apenas uma pequena minoria das rádios portuguesas afirma emitir programas de outras Igrejas.

Todos estes programas enchem a grelha e ocupam as horas de emissão impostas por lei. A maioria das rádios emite mais de 11 horas em directo, situação que logo após a legalização era impossível ou muito difícil de conseguir. O mesmo acontecia com a emissão em directo de cerca de 11 noticiários por dia como hoje acontece. O volume de informação nessa altura era bem menor e o acesso a determinadas fontes não era possível. Esta situação revela que o espaço atribuído à informação nas rádios locais é maior.

Traçando o perfil das rádios locais actuais, ou seja, das rádios locais 20 anos depois da legalização, podemos dizer que a rádio de âmbito local, pertence a uma cooperativa, não está ligada a grupos *media* e tem na sua direcção entre quatro a sete pessoas. Remunera, em média, dois jornalistas, dois comerciais, dois técnicos e um director. Continua a existir algum voluntariado e, por isso mesmo, colaboradores não remunerados. As rádios empregam jornalistas com e sem formação académica. As instalações das rádios são

instalações próprias e nelas existe, em média, um estúdio. A recolha de som é feita com Mini-disc e Gravador MP3. As rádios locais têm sítio na Internet e emissão Online, com o objectivo de chegar ao maior número de pessoas possível e de conquistar mais anunciantes. O Podcast é ainda muito raro. O período de maior audiência é a manhã e todas as rádios recebem feedback por parte dos ouvintes, maioritariamente através da Internet. A rádio local emite menos de 150 spots por dia e cobra por cada um, menos de três euros. Em directo as rádios emitem mais de 11 horas e transmitem aproximadamente 8 noticiários. O programa mais praticado é a entrevista e a transmissão de missa já não tem espaço na maioria das rádios locais.

Desta forma, podemos afirmar que as rádios e o seu modo de funcionamento mudaram muito desde a legalização. Em 20 anos, as leis foram sendo alteradas para balizar um fenómeno espontâneo nascido da sociedade civil. Porém não foram apenas as leis a gerar estas mudanças. A situação do país e a sua evolução ao longo dos anos tem contribuído para alterar as rádios que se adaptam à sociedade para poderem continuar no activo e chamar a atenção dos ouvintes.

BIBLIOGRAFIA

Albert, P. e Tudesq, A. J. (1986). *Histoire de la Radio – Télévision*. Paris: Presses Universitaires de France

Arons de Carvalho, A., Monteiro Cardoso, A. e Figueiredo, J.P. (2003). *Direito da Comunicação Social*. Lisboa: Editorial Notícias

Barbosa, E. (2003). Jornalistas e público: novas funções no ambiente on-line. Em Fidalgo, A. e Serra, P. (coord.) *Jornalismo Online* (pp. 109-115). Covilhã: Universidade da Beira Interior

Bardin, L. (2004). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70

Bastos, H. (2000). *Jornalismo Electrónico: Internet e reconfiguração de práticas nas redacções*. Coimbra: Minerva

Boyd, A. (1994). *Broadcast Journalism: Techniques of Radio & TV News*. Oxford: Focal Press

Bonixe, L. (2003). *As rádios locais em Portugal: Informação e função social -Uma análise dos noticiários das rádios do distrito de Setúbal*. Tese de Mestrado em Ciências da Comunicação, variante: Estudo dos Media e do Jornalismo apresentada na Universidade Nova de Lisboa em Abril de 2003

Canavilhas, J. (2003). Webjornalismo. Considerações gerais sobre jornalismo na web. Em Fidalgo, A. e Serra, P. (coord.) *Jornalismo Online* (pp. 63-73). Covilhã: Universidade da Beira Interior

Cordeiro, P. (2004). *A rádio de modelo multimediático e os jovens: a convergência entre o FM e a Internet em 2004*. Visitado a 27 de Março de 2008 em <http://www.bocc.ubi.pt/pag/cordeiro-paula-radio-modelo-multimediatico.pdf>

Cordeiro, P. (2003). *A Rádio em Portugal: um pouco de história e perspectivas de evolução*. Visitado a 7 de Janeiro de 2008 em <http://www.bocc.ubi.pt/pag/cordeiro-paula-radio-portugal.pdf>

Cordeiro, P. (2005). *Experiências de rádio produzidas para e por jovens: o panorama português das rádios universitárias*. Visitado a 27 de Março de 2008 em <http://www.bocc.ubi.pt/pag/cordeiro-paula-experiencias-de-radio.pdf>

Cordeiro, P. (2004). *Rádio e Internet: novas perspectivas para um velho meio*. Visitado a 15 de Março de 2008 em <http://www.bocc.ubi.pt/pag/cordeiro-paula-radio-internet-novas-perspectivas.pdf>

Del Bianco, N. R. (2006). *As forças do passado moldam o futuro*. Visitado em 15 de Março de 2008 em <http://www.bocc.ubi.pt/pag/bianco-nelia-forcas-moldam-o-futuro.pdf>

Del Bianco, N. R. (2003). *E tudo vai mudar quando o Digital chegar*. Visitado em 15 de Março de 2008 em <http://www.bocc.ubi.pt/pag/bianco-nelia-radio-digital.pdf>

Diez, M. T. (1999). *La Radio Vasca (1978-1998)*. Bilbao: Servicio Editorial – Universidad del País Vasco

Garitaonaindia, C. (1988). *La Radio en España 1923-1939 (de altavoz musical a arma de propaganda)*. Bilbao: Servicio Editorial – Universidad del País Vasco

Igartua, J. J. e Humanes, M. L. (2004). *Teoría e Investigación en Comunicación Social*. Madrid: Editorial Síntesis

Kouchner, J. (1994). *Radio Locale: Mode D'Emploi*. Paris: CEPJ

Lavoine, Y. (s/d). *Radio*. Lisboa: Vega

Lewis, P. M. e Booth, J. (1995). *The invisible medium: public, commercial and community radio*. London: Macmillan Press

Magalhães Crespo, F. e Correia, F. (1996). A Rádio actual em Portugal. Em *Colóquios sobre Rádio: 1ª série de colóquios efectuados na sociedade portuguesa* (pp. 17-32). Lisboa: Dom Quixote

Mendes, J. e Videira, A. (1996). A Publicidade na Rádio. Em *Colóquios sobre Rádio: 1ª série de colóquios efectuados na sociedade portuguesa* (pp. 153-159). Lisboa: Dom Quixote

Merayo Pérez, A. (1993). *A la búsqueda de la calidad radiofónica: Diez enemigos del pluralismo en la radio española de los noventa*. Visitado a 3 de Fevereiro em <http://www.bocc.ubi.pt/pag/merayo-arturo-radio-pluralismo.pdf>

Merayo Pérez, A. (2000). *Didáctica de la comunicación radiofónica*. Visitado a 27 de Março de 2008 em <http://www.bocc.ubi.pt/pag/merayo-arturo-didactica-comunicacion-radiofonica.pdf>

Merayo Pérez, A. (1994). *Las radios locales y su penetración en la audiencia*. Visitado a 2 de Janeiro de 2008 em <http://www.bocc.ubi.pt/pag/merayo-arturo-radio-local.pdf>

Merayo Pérez, A. (1996). *Tecnología e Información en la radio española de fin de siglo*. Visitado a 3 de Fevereiro de 2008 em <http://www.bocc.ubi.pt/pag/merayo-arturo-nuevas-tecnologias.pdf>

Midões, M. (1999). *Radiodifusão local, que interculturalidade?*. Visitado em 15 de Março de 2008 em <http://www.bocc.ubi.pt/pag/midoes-miguel-radiodifusao-local-interculturalidade.pdf>

Moreira, S. V. (2002). *Rádio em Transição. Tecnologias e leis nos Estados Unidos e no Brasil*. Rio de Janeiro: Mil Palavras

Moreira, S. V. (1998). *Rádio Palanque*. Rio de Janeiro: Mil Palavras

Ortíz, M. A. e Marchamalo, J. (1997). *Técnicas de Comunicación en radio: la realización radiofónica*. Barcelona: Paidós Papeles de Comunicación

Rebelo, L. F., Nunes, J. D. e Pires, O. (1996). A Rádio em Portugal: que futuro? Em *Colóquios sobre Rádio: 1ª série de colóquios efectuados na sociedade portuguesa* (pp. 163-173). Lisboa: Dom Quixote

Sakolsky, R. e Dunifer, S. (1998). *Seizing the Airwaves: a free radio handbook*. Edinburgh: AK Press

Santos, R. (2005). *Rádio em Portugal: tendências e grupos de comunicação na actualidade*. Visitado a 12 de Março de 2008 em http://revcom2.portcom.intercom.org.br/index.php/cs_um/article/viewFile/4711/4425

Serra, P. (2003). A transmissão de informação e os novos mediadores. Em Fidalgo, A. e Serra, P. (coord.) *Jornalismo Online* (pp. 13-48). Covilhã: Universidade da Beira Interior

Silva, A. C. (1995). *Reformas da Década: 1986-1995*. Venda Nova: Bertrand

Sousa, H. (2001). *Políticas da Comunicação em Portugal: Actores, decisões e não decisões*. Visitado a 3 de Janeiro de 2008 em https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/2697/1/helenasousa_IbericoMalaga_2001.pdf

Tojal, P. (1996). A Rádio no fim de século: generalista ou especializada?. Em *Colóquios sobre Rádio: 1ª série de colóquios efectuados na sociedade portuguesa* (pp. 149-150). Lisboa: Dom Quixote

Sítios visitados

- A Minha Rádio - http://www.aminharadio.com/radio/menu_historia, visitado em 28 de Março de 2008
- Comissão da Carteira Profissional de Jornalista - www.ccpj.pt, visitado em 5 de Fevereiro de 2008
- Clássicos da Rádio - <http://www.classicosdaradio.com/historia.htm>, visitado em 3 de Março de 2008

- Diário da República Electrónico – www.dre.pt, visitado em 3 de Abril de 2008
- Gabinete para os Meios de Comunicação Social - www.ics.pt, visitado em 5 de Fevereiro de 2008
- Marktest -
http://www.marktest.pt/produtos_servicos/Bareme_Radio/default.asp?c=1014&n=1841,
visitado em 9 de Junho de 2008
- Obercom - <http://www.obercom.pt/client/?newsId=347&fileName=barometro.pdf>,
visitado em 9 de Junho de 2008
- Rádio e jornalismo - <http://radioejornalismo.blogspot.com/>, sítio de Luís Bonixe visitado
em 9 de Março de 2008
- Telefonia sem fios - <http://telefoniam.no.sapo.pt/>, sítio de Jorge Guimarães Silva visitado
em 3 de Março de 2008

Anexos

1- Entrevista

- Esteve na criação de uma rádio pirata. Qual o nome dessa rádio e o ano de criação? Ainda existe actualmente?
- Porque crê que apareceram as rádios piratas? Existiam necessidades concretas? Quais?
- Como funcionava a rádio pirata em que esteve envolvido? (Instalações; condições de trabalho; periodicidade; programação; etc)
- Quantas pessoas estavam envolvidas no funcionamento da rádio e quais as funções desempenhadas?
- Essas pessoas tinham habilitações ou estudos relacionados com as funções desempenhadas?
- Sentiam-se pressões políticas ou de outra ordem?
- Na altura, qual era o modo de sobrevivência da rádio? (publicidade; particulares; donativos; etc)
- Quais os meios técnicos de que dispunham? (carro; gravadores; leitores de cassete ou de discos; emissores; etc) Qual a quantidade?
- Qual a média diária de ouvintes da rádio? Tinham feedback por parte dos ouvintes? Se sim, de que forma?
- Quando, em 1988, o Governo propôs a atribuição de alvarás, a ideia foi bem aceite?
- A rádio concorreu à atribuição de frequências... O processo foi demorado? Porquê?
- Depois de legalizada, o que mudou? (Número de profissionais; instalações; condições de trabalho; periodicidade; programação; meios técnicos; etc)
- A rádio passou a necessitar de mais dinheiro. Como era obtido?
- Muitas das rádios legalizadas nessa altura, necessitaram de se juntar a outras de maior dimensão e mais posses. Aconteceu com a rádio em que se encontrava? Porquê?
- Actualmente ainda está associada a algum grupo?

2- Entrevista a António Colaço, fundador da Rádio Antena Livre de Abrantes. Actualmente Assessor de Imprensa do Grupo Parlamentar do Partido Socialista. Realizada a 8 de Abril de 2008

Porque crê que apareceram as rádios piratas? Existiam necessidades concretas?

Rádios livres ou rádios locais foi uma terminologia que durante algum tempo discutimos. Mas para todos os efeitos aparecemos como rádios locais, também por influência de uns rapazes que vinham de França, onde o conceito tinha a ver com proximidade. As rádios locais apareceram no início dos anos 80 com o objectivo de aproximar as comunidades. No nosso caso, em Abrantes, curiosamente o que esteve na origem foram as cheias. Por causa das cheias, os rádio-amadores trocavam entre si mensagens e daí foi um passo para começar a fazer emissões para que as pessoas soubessem como estavam os níveis e quando ia haver cheias. Portanto foi a partir de questões locais, que as pessoas se organizaram e a rádio começou a crescer e aquilo que foi, aparentemente, dar resposta a questões concretas levou a que percebêssemos que tínhamos de ir mais longe e começou a ter mais solicitações. Da resolução de questões concretas passou-se para o entretenimento. A Metalúrgica Duarte Ferreira ofereceu-nos os equipamentos de rádio. Aquilo que hoje são os telemóveis, na altura eram sistemas de rádio que pesavam! Mas, a partir do momento em que começámos a poder intercambiar informações, começámos a fazer relatos de futebol. Quando começámos a ter telefones (enquanto a fiscalização permitia), começámos a fazer os discos pedidos, mas também a ter as primeiras queixas das ruas que estavam por alcatroar... E o presidente da Câmara, que nos deu total apoio desde início, até deixou de nos falar quando percebeu que aquilo podia ser eco de outro tipo de reclamações. Mas, honra lhe seja feita, aprendeu a viver com isso. Tudo isto foram fases sucessivas. Numa primeira fase pretendeu-se dar resposta a questões locais (como noutros sítios foram outros assuntos). Depois foi uma fase de entretenimento. E seguiu-se uma fase de consolidação, não para imitarmos as rádios nacionais mas para criarmos o nosso próprio modo de estar e falar com as pessoas. A rádio, porque falava das coisas da terra, começou a ser ouvida e isso começou a espalhar-se. Quer para a compra de um emissor, quer perante problemas da fiscalização quando começou a apertar, a rádio

começou a ser sentida e partilhada porque falava das pessoas, falava da terra e essa matriz levou a que nascesse a rádio.

Como é que funcionava na altura?

Na altura, por via dessa emissão clandestina meio tolerada, começámos a arranjar a cave da casa do quase que dono da rádio (mas ela era partilhada por todos). Transformámos a casa num brutal estúdio de rádio. À medida que fomos tendo visitas de outras rádios eles iam ficando deslumbrados porque haviam uns estúdios à maneira. Numa outra fase começámos a gravar as emissões e íamos emitir (passo o pleonasmo) para zonas mais masculinas. As ondas hertzianas permitiam isso, as de televisão não e por isso íamos para os montes e os sobreiros eram o disfarce. A antena ficava disfarçada e nós por perto a vigiar. Houve uma altura, quando as rádios fecharam mesmo antes da legalização, a fiscalização já tinha fechado todas as rádios e nós fomos das últimas. A fiscalização deu, para a Antena Livre, dez minutos e nós tivemos quase duas horas no ar. Nem metade da nossa equipa sabia onde nós estávamos! Nós estávamos dentro de um moinho algures no concelho... Em Mouriscas! Hoje já se pode falar nisso. A fiscalização andou por lá e não nos viu e como coincidiu com a altura de férias deles, até lhes desejámos boas férias e dissemos que compreendíamos o trabalho deles! Mas, portanto, foi isso: conjugação entre estúdios altamente equipados para a época e emissores descentralizados consoante as ocasiões assim o obrigassem. Foi possível ter emissões durante muito, muito tempo, durante aquela fase em que a fiscalização não apertava. E como eram emissões toleradas, nós equipámo-nos com equipamento razoável! Nós chegámos a ter dois estúdios (um para gravações e outro para emissões em directo), carros de exteriores e outras coisas à maneira, mas antes dos telemóveis. Isso é importante dizer. Lembro-me que dispusemos de muito equipamento quando a empresa faliu. Faliu a empresa mas a rádio conheceu um grande momento de investimento e demos voz às populações. Tentámos ir aos locais mais inóspitos, mais longínquos do concelho, como forma de dizer que ali estava a rádio, com aquele equipamentozinho pesado para aproximar as pessoas.

E a programação tendia mais para a informação ou entretenimento?

Nós começámos por emitir só à noite, já não me lembro a que horas, mas eram razoáveis até porque nós trabalhávamos. A rádio era um part-time mas depois foi crescendo até que começaram a ficar pessoas a tempo inteiro para emissão diária e depois para

emissão 24 horas. Eu lembro-me que cada passo foi sendo bem medido, porque queríamos uma coisa com consistência, não queríamos estar a fazer rádio por fazer. Começámos por emitir vários dias por semana, depois todos os dias à noite, aos fins de semana a tempo inteiro e depois até à emissão completa. O tipo de programação era também com essa ideia: acontecesse o que quer que fosse, tinha entrada imediata na rádio, mas também havia os discos pedidos, as dedicatórias, os relatos de futebol... Tudo quanto eram questões do quotidiano, a rádio estava lá.

Ao todo quantas pessoas estavam envolvidas?

Eu recordo-me que isto começou por ser um grupo inicial de duas pessoas: dois rádio amadores que comunicavam entre si. Depois cresceu para uma meia dúzia, que foi quando eu também me juntei. Fui entrevistá-los na qualidade de jornalista e acabei por ficar, presunção e água benta, para dar corpo à rádio, perceber os objectivos e dar-lhe o contributo. Eu acho que chegámos a ter uma vintena de pessoas, mas tínhamos também toda a população, porque as pessoas mandavam dinheiro para a aquisição do emissor e para ajudar no custo das emissões. Mas penso que chegou a meter mais de vinte pessoas porque entretanto começámos a ter convidados.

E acumulavam-se funções?

Fazia-se tudo! Desde confeccionar comida! Toda a gente fazia tudo! E todos os papéis eram enaltecidos! Houve um senhor que fez os estúdios e tudo o que lá estava! Todos tínhamos os nossos papéis. Eu estava mais com a escrita, contactos, comunicados... Era o relações públicas, embora tenha gratas recordações de outras coisas que fazia. Cada um à sua maneira, acho que todos contribuímos para afirmar essa realidade. Oito anos depois obtive aqui nesta casa onde gravamos esta conversa, a tão pretendida legalização.

Antes de irmos à legalização... Os jornalistas tinham habilitações?

Não, não tinham. A começar pelo meu próprio exemplo! Eu trabalhava na Câmara Municipal, o que na altura ainda me pôs algumas questões de ética e deontologia se bem que isso ainda não se falava muito. A maior parte de nós tinha as suas habilitações mínimas. Mesmo do ponto de vista técnico, tínhamos curiosos mas que sabiam de rádio-amadorismo. Mas nada disso foi impeditivo de que, no saber de cada um fizéssemos rádio. Agora, do ponto de vista jornalístico, antes da legalização, nada disso se pôs. Tínhamos as noções mínimas de jornalismo. Foi uma aprendizagem que foi sendo feita. Também nos

abrimos às escolas e à participação dos alunos. Tudo isso tem que ser entendido, nesta fase, como algo em construção. Todos éramos poucos. Ainda hoje eu concordo que é importante a formação, mas acho que é um meio. Há muita gente que tem uma alta formação mas que de rádio... A rádio não é nada do outro mundo, mas perceber para o que é que uma rádio serve, às vezes não se esgota no canudo. É importante a formação, mas na altura todos éramos poucos para levar essas emissões por diante.

E na altura sentiam-se pressões políticas ou de outra ordem?

Essa era uma fase em que o poder político não tinha ainda avançado em direcção à legalização. Demorou porque temiam que as rádios pudessem ser palco de utilização partidária privilegiando A, B ou C. Eu lembro-me que a Termoeléctrica do Pego, está lá porque veio recambiada de vários sítios. Acabou por vir para Abrantes porque a rádio possibilitou que fossem feitas as primeiras mesas redondas, os primeiros debates com as diversas correntes. Portanto, antes da instalação, foram feitos os debates e as pessoas foram lá dizer ao que vinham. Também do ponto de vista económico, se quiser, fez-se ali a questão. Nós estávamos ali para ser um lugar mais de democracia e onde os partidos pudessem falar. Dai que nós dissemos: “Despachem-se! Legalizem-nos para que não andemos aqui com estas suspeições!” Nós mostrámos que a rádio estava disponível para ser um lugar de encontro entre as diversas forças políticas, sociais, as escolas, tudo! Desse ponto de vista não havia nada a temer, eu nunca temi. E penso que mesmo no global, não houve casos. Penso que não foi por aí. A falta de qualidade que hoje se pode observar em algumas rádios não tem a ver com o princípio em si e com a forma que alguns o aplicaram.

Em termos de custos das rádios. Como é que na altura se suportavam esses custos?

Nós riamo-nos porque dizíamos que só saía dinheiro de casa e não entrava nada... Isso admitindo que alguns sonhavam poder vir a fazer rádio a tempo inteiro deixando as suas profissões. Mas isso não se materializava de um dia para o outro. Tudo o que nós tínhamos investido eram as nossas próprias economias, cada um à sua maneira (eu devo-lhe dizer que investíamos o que conseguíamos). Mas, tivemos algumas ajudas e depois começámos a ter publicidade. A publicidade foi um meio, foi uma fonte de financiamento, para além das pessoas que mandavam o que quisessem para os discos pedidos.

Há pouco disse que já tinham carros de exteriores. Para além disso que outros meios técnicos?

Lembro-me da primeira carrinha que tivemos: era uma carrinha 4L a cair aos pedaços. Foi um dos primeiros acordos publicitários ligados à Renault, que eram as chamadas contrapartidas, ou seja, eles davam-nos o carro e nós fazíamos publicidade. Foi por aqui que começou. Depois cada um tinha o seu próprio carro e punha os autocolantes no carro... Pequenos gestos de deslumbramento se a coisa ficasse só por ali. Nós depois tivemos um primeiro carro da rádio, completamente equipado com o que na altura havia. Ou o telefone, ou os carros de exteriores com os walkie – talkies da velhinha Metalúrgica.

E gravadores e outro material do género?

Sim, também tínhamos gravadores de bobines, os primeiros gravadores também de cassetes... Tudo coisas muito rudimentares. Mas lá está, havia muito a noção de que o importante (nós já tínhamos coisas boas, os UAS por exemplo) era uma qualidade que estivesse ao serviço da eficácia, ou seja, não andávamos deslumbrados de que tínhamos de ter altos aparelhos. O importante era se os aparelhos que tínhamos davam ou não davam para gravar conversas, reportar no minuto seguinte, vir à mesa de montagem e dar relato da actualidade. Era um equipamento normalíssimo, mas a rádio também investiu. Ainda me lembro de se terem comprado mesas de montagem e tudo isso. Tínhamos emissor, desde o artesanal até a outro melhor construído e isto também porque a indústria começou a fervilhar e a interessar-se.

Não sei se tem presente, mas qual era aproximadamente a média diária de ouvintes?

Isso é uma coisa que eu não sei, mas não tenho dúvidas que a maior parte das pessoas ouvia... Talvez 10 mil... Não sei quantos habitantes tinha o concelho, mas a rádio também era ouvida em mais concelhos e por isso é muito difícil dizer em número mas... acho que uns largos milhares. Ficámos com essa ideia porque havia muita gente a ouvir e depois passava-se a palavra e as pessoas, a partir do momento que sintonizavam, ficavam a ouvir e eram fiéis. Víamos isso nos passatempos que começámos a fazer. Foi até curioso, na altura eu colaborava com a RDP e eles próprios ficaram assustados e dinamizaram os seus centros regionais. Houve centros regionais que foram re-dinamizados porque viram nas rádios locais uma concorrência. E o problema, para mim, foi quando as rádios locais

começaram a querer imitar as rádios nacionais esquecendo-se das comunidades e aí a Emissora Nacional voltou a ganhar um lugar de preponderância.

Isso quer dizer, que apesar de não haver estudos de audiência tinham feedback de alguma forma. Recebiam cartas, ou telefonemas dos ouvintes?

Sim! Claro que sim!

E quando em 1988 o Governo propôs a atribuição de alvarás, a ideia foi bem aceite? Era uma coisa esperada?

Era uma coisa esperada embora eu na altura já não estivesse em Abrantes. Sei que nessa altura (porque havia em Abrantes outra rádio para além da Antena Livre) se gerou um certo incómodo... Depois quando foi a atribuição, foi mais do que perceptível e aceitável a atribuição de duas frequências. Penso que isso foi pacífico.

E o processo de atribuição foi demorado?

O processo foi mais demorado nos oito anos que se passaram até chegar lá. O processo foi uma coisa burocrática. Houve algumas questões de âmbito nacional entre a TSF e a Rádio Press... Nas rádios mais ao nível de Lisboa houve alguns problemas porque se achou que o Governo estaria ligado a empresas de atribuição de frequências... Foi um escândalo porque toda a gente pensava que a TSF seria a primeira e não foi... Aí sim houve problemas com questões políticas porque toda a gente sabia o que a TSF significava. Agora ao nível dos concelhos isso foi simplesmente uma questão burocrática. Importantes são os oito anos de luta pela legalização.

E depois da legalização o que é que mudou?

Eu penso que o grande desafio da legalização foi a posterior adaptação a um sistema legalizado, ou seja, já não tinham de investir energias na legalização, tinham de as investir em emissões substanciais que cumprissem aquilo por que se tinha lutado. O que eu acho é que houve algum deslumbramento... Alguns ficaram deslumbrados com o poder que tinham nas mãos e que estava sancionado por lei e não o souberam utilizar como devia ser. Isso eu lamento, até porque depois virou-se contra os próprios, porque as pessoas deixaram de ouvir. Se a rádio não dava as notícias e não ia aos sítios onde estavam a acontecer as coisas era como se estivesse legalizada, mas ilegalizada por si própria... E portanto, o problema dos pequenos meios é a rotina e parece-me que não foi bem prevista, na fase inicial, a adaptação àquilo que era o quotidiano. E no que diz respeito à rotina, as pessoas

não se prepararam para dar resposta atempada a uma coisa que tinham ali à mão e descansaram um pouco no facto de estarem legalizadas, não se envolvendo e investindo na concepção de emissões com pessoas a tempo inteiro... Mas, também admito que numa fase inicial andassem um pouco a apalpar terreno. Eu já não vivi muito essa fase da legalização, mas pelo que fui ouvindo, mesmo à escala nacional, com o fascínio pela rádio, não se percebeu que a rádio é um meio e não um fim. Parte da geração que tinha lutado pelas rádios já não estavam nas rádios, estavam lá os burocratas que, de alguma forma, não se actualizaram, não se dinamizaram e como resultado tivemos emissões que repetiam as nacionais (que nós não queríamos copiar, muito pelo contrário). Com essa situação, às pessoas só lhes restou voltar às rádios nacionais que trabalhavam com mais qualidade. Devia ter havido um espaço de reflexão, que seriam os congressos da Associação Portuguesa de Radiodifusão que nós quisemos criar.

E no que diz respeito a meios técnicos? Saíram da cave?

Sim. Pelo que vejo hoje até há muitas rádios muito bem instaladas. Mas, lá está, estão altamente instaladas, mas mesmo instaladas (no sentido de acomodadas). Eu tinha uma frase que era “Quando fechamos as portas do estúdio, abrem-se as portas da vida”, ou seja, quando fechamos as portas por causa da sonorização e abrimos o microfone, abrimos para todo o lado. Essa atitude, a mim marcou-me sempre. E acho que foi por aí que muitas pessoas se fecharam... Eu lembro-me de alguns colegas que adoravam passar música e achavam um crime interromper a música para ligar a um acontecimento importante, como um incêndio ou algo parecido. Não tenho dúvida que este efeito foi multiplicado por muitas das rádios e portanto acredito que hoje as pessoas estejam muito bem instaladas com alta tecnologia, agora o que duvido é que a utilizem para se ligarem às pessoas. Hoje em dia com a Internet, já imaginou o que era fazer a ponte com as comunidades emigrantes oriundas dessa região? Nós no 3º Encontro de rádios, tivemos a presença do Rádio Clube de Paris e foi uma alegria porque eles até queriam fazer intercâmbios connosco! Hoje com a Internet pode fazer-se isso! Posso estar a ser injusto, mas acho que as pessoas não utilizam as capacidades que as novas tecnologias dão para dar certos saltos. Eu compreendo que estar no quotidiano de uma vila ou de uma aldeia não é fácil... Mas estes meios facilitam isto! Faltam fazer um 25 de Abril nestas rádios...

Depois da legalização, já tendo o “poder” nas mãos, algumas rádios não conseguiram aguentar-se e desapareceram ou tiveram de se associar a outras maiores... A Rádio Antena Livre de Abrantes continua de pé!

Continua mas foi comprada por um grupo económico que não sei se foi melhor ou pior do que a associação a outra rádio (risos)! Mas não me choca! Não me choca que as rádios entrassem em cadeia desde que no espírito combinado, ou seja, se não temos actividade suficiente para preencher 24 horas, então juntamo-nos a outra... Neste espírito eu até admito. Agora ser pura e simplesmente um retransmissor de outras rádios, isso acho que é o maior crime e atentado que se pode fazer. E acho que do ponto de vista legal, devia ter havido maior intervenção do poder político. Pode parecer que me estou a contradizer mas não! Aqui essa intervenção seria para fazer respeitar a lei. Intercambiar notícias, ou programas, não me choca. Agora, retransmissores ociosos e despersonalizados, isso lamento. Todos os processos têm os seus momentos menos gloriosos e este foi um deles porque foi a submissão total.

3- Entrevista a José Faustino, fundador e director da Rádio Diana (Évora). Actualmente presidente da Associação Portuguesa de Radiodifusão, realizada a 9 de Abril de 2008

Em que ano foi fundada a Rádio Diana?

A rádio surgiu em 1986. Faz agora em Abril 22 anos de existência.

Porque é que acha que apareceram as rádios piratas? Existiam algumas necessidades?

Eu a análise que faço é que a seguir à revolução de 1974 houve um grande levantamento da poeira e a pouco e pouco essa poeira começou a assentar mas não totalmente... Ficaram algumas coisas no ar... Algum descontentamento, algumas expectativas... E a comunicação estava condicionada à formatação, digamos assim, do tempo do Fascismo. Havia os jornais de nível nacional e os regionais (aí não houve muitas mexidas) e depois havia as rádios e as televisões muito compartimentadas. Depois do 25 de Abril apareceram alguns jornais e outros fecharam... E as rádios foram a maneira mais fácil e mais popular que as pessoas arranjam para comunicar. Para além disso havia

a experiência das rádios piratas inglesas e outras mais. E como não houve uma abertura no sistema político (que é sempre muito cioso com estas coisas) para a possibilidade de criação destas rádios, as pessoas, aproveitaram o desenvolvimento tecnológico e as coisas mais baratas (era relativamente barato montar uma rádio). Foi por aí que a coisa rompeu. Com a vontade de comunicar espontaneamente e a vontade (que está prevista na Constituição) de informar e ser informado. Paralelamente a isso, também há quem diga que o facto de o Estado Português ter licenciado as Forças Americanas ou Alemãs da NATO (um emissor pequeno ali em Oeiras), também serviu para despoletar as rádios piratas. As pessoas em cadeia (no sentido de seguimento), começaram a criar as rádios. Foi, na minha opinião, um movimento espontâneo e cultural do mais bonito que apareceu na democracia. Todas elas surgiram com um intuito de informar, com um intuito cultural e de divulgação e não me lembro de nenhuma que tenha surgido para efeitos de negócio ou de lucro. Se aconteceu, foi uma coisa muito residual... Nem a própria TSF surgiu por isso! Essa surgiu mais como um grito de revolta contra aquilo que estava instituído na rádio do Estado e os profissionais quiseram montar uma rádio alternativa.

E a Rádio Diana, direccionando mais a questão para aquela rádio em que esteve envolvido, como é que funcionava? Quais eram as instalações e a periodicidade?

A Rádio Diana tem uma história idêntica às outras... Arranjou-se um emissor, uma coisa artesanal e simples, feita em casa e com uma pequena potência. Começou a trabalhar num vão de escada, se assim se pode dizer. Era uma pequena despensa, num cinema, por baixo do balcão. As pessoas eram amadoras, isto é não eram profissionais de rádio. Começou com três horas de emissão à noite e depois foi-se alargando até que se chegou às 24 horas. A estrutura foi-se profissionalizando, mas manteve sempre a colaboração de pessoas amadoras, ou seja pessoas que tinham outra actividade profissional e que depois iam fazer programas à noite ou que deixavam gravados. Foi assim que tudo evoluiu. Começou numa situação puramente amadora, feita por pessoas que tinham os seus afazeres, normalmente num sítio que o impulsionador dispensava, alugava ou cedia para que a rádio lá funcionasse e a pouco e pouco foram crescendo.

E em termos de programação?

Em relação à programação, digamos que ainda não havia em Portugal um conhecimento refinado sobre o meio da rádio. A rádio estava reduzida em três bases: a rádio pública, o Rádio Clube Português e a Rádio Renascença. Estas eram as três grandes escolas e estavam formatadas com programas de autor, com sinais horários rígidos à hora, programas musicais ou de outra coisa qualquer. As outras rádios copiaram um determinado modelo. Até a própria arquitectura dos estúdios tinha a ver com os das rádios que já existiam, porque as pessoas iam ver como é que aquilo era e depois começavam a adaptar-se aos moldes. Vamos dizer que era uma estrutura de programação clássica separada de hora a hora, com programas de autor de uma ou mais horas. Programas esses que eram feitos por colaboradores que apareciam na hora. Por isso também é que no início o período de emissão era mais reduzido e depois foi alargado.

Quantas pessoas é que estavam envolvidas ao todo nesta rádio?

Chegaram a estar 40 ou 50 pessoas envolvidas, porque fazer rádio, ainda que fosse uma meia dúzia de horas, obrigava à participação de muita gente. Um fazia uma hora, outro fazia outra... Depois é que se começou a perceber, um pouco à semelhança das rádios americanas que tinham uma programação de continuidade. Portanto, pouco a pouco começou-se a caminhar para a continuidade, mas não foi pensado logo no princípio. Nas três bases que existiam, havia a cabine de emissão ou estúdio e depois um assistente técnico. Foram assim surgindo. Mais tarde e porque a tecnologia permitia, começou tudo a funcionar no sistema auto-operado e em sistema de continuidade. Hoje a maioria das rádios trabalha em sistema de continuidade. Portanto, existem um ou vários animadores que trabalham periodicamente e vão seguindo uma formatação mais ou menos rigorosa, exigente e pensada previamente na condução da emissão. Hoje com os sistemas de automação que existem, o próprio computador permite fazer uma coisa variada, pré-programada e faz 24 horas como a lei exige, com muita facilidade. Mas ainda existem contudo algumas rádios que não têm consciência de que aquilo é uma emissão de continuidade... Ainda há muitas rádios com profissionais lá dentro mas dirigida por amadores, ou seja, os patrões são pessoas que têm outra actividade e que fora das suas horas de expediente vão dirigir a rádio. Se é bom ou mau? Não faço comentários... Há coisas boas e más. Mas a grande maioria das rádios funciona por continuidade.

Os profissionais que trabalhavam na rádio com as funções de jornalista, tinham habilitações académicas?

Eu acho que é um erro histórico que se está a cometer. Eu penso que a formação académica das pessoas, devemos entendê-la de uma forma vertical. Eu aprendo a ler e a escrever, depois passo para o ciclo, para o secundário, para o superior e por aí. Mas depois, perpendicular a esta estrutura vertical, deve haver na horizontal desenvolvimento técnico-profissional. Há profissões que eu acho que se desenvolvem muito mais na sua componente técnico-profissional e depois na aprendizagem na vida. O jornalismo é uma dessas. No tempo em que surgiram as rádios ninguém tinha especial vocação de jornalista e os jornalistas que existiam eram jornalistas da tarimba. Não havia, esta é que é a verdade, uma grande diferença entre o indivíduo que já era “jornalista” e aquele que começou a ser. E até se deu um caso interessante. A malta nova que entrava nas rádios (que eram aqueles que tinham mais disponibilidade) rapidamente se desenvolveu melhor no jornalismo do que os antigos. Portanto, todos os antigos ficaram para trás e esses novos (por exemplo no caso da Rádio Diana) desenvolveram-se e hoje estão na televisão, nas rádios nacionais e em diversos jornais. As rádios locais foram, por um lado, uma escola de jornalistas da área radiofónica e não só, mas que de facto começaram por ali. As rádios novas, as rádios livres ou piratas, que apareceram nos anos 80, impulsionaram e influenciaram toda a comunicação social da época. Se inicialmente houve uma observação do que se fazia, o que é normal, elas aprenderam muito depressa e rapidamente impuseram um certo número de coisas. Por exemplo esses programas com a participação de ouvintes, esses talk-shows e debates, tiveram todos origem na rádio. Quem, de facto, inovou com esse produto, foram as rádios locais.

Na altura sentiam-se algumas pressões políticas?

As pressões foram começando a aparecer... As rádios perderam muita da sua espontaneidade com a legalização. Antes de mais, as leis da rádio forma sempre más... Nunca houve nenhuma boa e têm vindo a piorar. Esperemos que um dia se faça uma lei da rádio adaptada à realidade. E os constrangimentos começaram a surgir quando se começou a empurrar toda a gente para todos fazerem a mesma coisa. Repare que a própria lei diz que as rádios podem ser generalistas ou assim... Ou seja, prevê temáticas mas em condições muito particulares. Em Portugal, das 300 e tal rádios, nunca poderão existir mais de 40

rádios temáticas, porque só é possível se existirem mais de duas rádios nesse concelho. Portanto a lei empurra para toda a formatação. Ora, quando se põem constrangimentos, essa situação obriga a um reforço de recursos e esse reforço tem custos. Os custos de produção aumentam e depois é necessário haver capacidade de angariação de publicidade para sustentar essas despesas. É aí que começa o problema. O controle político, o controle económico e todo o tipo de coação sobre os jornalistas e sobre a comunicação social é feita justamente por via das receitas. E essa coacção não é só dos partidos, não é só dos governos ou das câmaras... É também dos grupos empresariais, dos empresários influentes que têm interesse na política, dos políticos que têm interesses económicos... A rádio, desde a sua origem há 20 anos atrás, seguramente e sem qualquer tipo de dúvidas, veio perdendo liberdade. E depois com tudo o que se criou à volta das rádios, com a sua fragilidade económica e com as exigências profissionais que lhe são feitas, a rádio ficou muito frágil e muito sujeita a pequenos tiranetes locais. A rádio era um alvo bastante apetecível e vulnerável. A nossa democracia, não se livrou desses pequenos tiranetes. Olha-se e observa-se muito as câmaras e os políticos e esquecem-se destes pequenos poderes instituídos. E cada vez se cria mais regulamentação, se criam mais exigências e isso obriga forçosamente a uma perda de liberdade.

E por falar nisto, no início de que modo eram sustentadas as rádios? Porque acredito que muitas delas tinham sido pagas do bolso dos impulsionadores...

No princípio sim... Mas isso é quase sempre assim. O investimento é sempre feito por alguém e esse dinheiro só pode vir de dois lados: ou dos promotores ou vão à banca buscá-lo. A banca naquela altura não emprestava dinheiro a ninguém e muito menos para coisas que não tinham consistência legal nem nada disso. Dessa forma eram os promotores que entravam com pouco dinheiro, até porque se fazia uma rádio com relativamente pouco dinheiro. Estamos a falar de 500 ou 1000 euros, na altura 100 ou 200 contos. Portanto era uma coisa relativamente simples...

Mesmo assim, para a altura ainda era caro...

Sim, mas se calhar até se fazia com menos, também porque havia muito voluntariado. Por outro lado, como era novidade, haviam muitos anunciantes. E aqui entramos num campo cuja evolução tem sido esta. No princípio era mais fácil a sustentabilidade, porque tinha poucas despesas e muitas receitas. Hoje têm muitas despesas

e poucas receitas. Hoje as receitas são proporcionalmente menores dos que naquela altura e as despesas são muito, mas muito maiores. E o lucro que então se gerava, permitiu que as rádios aparecessem. Elas só surgem minimamente apetrechadas com maiores emissores já depois da legalização, porque a grande diferença entre a receita e a despesa o permitiu. Claro que grande parte das rádios legalizaram o negócio... A actividade de radiodifusão era ilegal, mas a parte de venda de publicidade era legal com o imposto e isso tudo. Depois a novidade foi-se perdendo, as rádios começaram a ficar todas muito iguais umas às outras, passou a haver menos apetência para anunciar nas rádios e depois, em desespero de causa, com gastos muito grandes em cima e com poucas receitas, entraram a fazer concorrência pela parte mais fácil, ou seja, pelo preço. Por isso hoje em dia a publicidade em Portugal está toda muito baixa. As rádios locais não podem fugir a esta onda e elas próprias começaram a competir pelo baixo preço, o que as afunda cada vez mais e lhes traz mais dificuldades. O que vale é que as rádios têm várias vidas, não vão logo assim à falência... Quando há uma coisa que é apetecível, outros compram a posição ou a rádio, ou vêm outros a substituí-los. Há sempre alguém que acresce com algum valor, com algum capital e que consegue salvar a rádio. Nós até hoje, não temos conhecimento em termos concretos, de nenhuma rádio que tenha falido. Houve algumas que fecharam com situações monetárias muito complicadas, mas foram casos muito raros. As rádios têm-se reconvertido. Elas nasceram de uma forma bastante *sui generis*, muito engraçada e espontânea, e têm-se aguentado com formas um pouco fora do normal, mas tem sido assim.

Disse há pouco que as rádios não eram muito caras de construir... Quais eram os meios de que dispunham?

Antes de mais é preciso lembrar que houve uma grande evolução tecnológica desde que as rádios surgiram, mas há coisa de 10 anos essa evolução parou. Portanto, o que é que havia naquela altura num estúdio de rádio? Existiam os pratos para os discos de vinil, o microfone, a mesa de mistura e existiam já CD's mas ainda muito poucos. Havia gravadores com fita de arrasto (as Revox), e aqueles que já tinham dinheiro, tinham os sistemas de cartucheira para os spots. Depois o CD veio substituir o vinil, as fitas de arrasto foram substituídas pelos DAT (que também não pegaram muito), o mini disc veio revolucionar a questão da cassette e depois aconteceu a grande revolução tecnológica com a digitalização e a informatização. Paralelamente a isso aparece um sistema de automação

que foi muito importante, porque permite fazer muitas horas e baixar a mão-de-obra. A maior parte das rádios têm esses sistemas, mas o suporte base da estrutura técnica continua a ser analógico. No caso da Rádio Diana, continuamos a ter mesas de mistura quase ainda do tempo da fundação e os periféricos é que foram mudando. Apareceram os leitores de CD's e mais recentemente os computadores com grande capacidade de memória, com um grande disco e processadores muito rápidos. Mas toda a base do microfone até à antena, faz-se sob uma estrutura analógica na maior parte das rádios.

E no que diz respeito aos ouvintes, qual era a média diária mais ou menos?

Nunca houve estudos de audiências porque não havia dinheiro para os pagar... As coisas são adaptadas ao mercado e os estudos de audiência também. Os estudos são feitos a nível nacional e favorecem, não digo de forma ilegal, mas a maneira como estão arquitectados favorecem as rádios de cobertura nacional. Não houve nenhum estudo e é arriscado estar a dizer-lhe quantas pessoas é que eram, mas há uma coisa que é verdade. A rádio teve um grande pico de audiência quando surgiram as rádios locais. Agora nota-se que há um decréscimo, uma saturação, as rádios tornaram-se todas muito semelhantes e noto que há o risco de as rádios passarem de moda. Hoje existem os leitores de MP3 que estão mais na moda. Não será muito arriscado dizer que o número de ouvintes de rádio tem estado a baixar... Não tanto como se supunha mas mesmo assim têm baixado e nas rádios locais isso também e naturalmente acontece porque elas fazem uma programação mais ou menos consciente de proximidade e essa questão tem um lado positivo e outro negativo. O positivo é que é a nossa rádio e toda a gente quer ouvir e o negativo é que “santos da casa não fazem milagres”. E as grandes cadeias de rádios nacionais com o poder de investimento em marketing e comunicação e com a capacidade que têm de analisar produtos para pôr na programação, perante um adversário cada vez mais diminuído com exigências fiscais mais elevadas, é natural que se vão sobrepondo e ganhando audiências. Podemos dizer como hipótese quase certa que as rádios têm vindo a perder audiência e a tendência, na minha opinião, é para que cada rádio comece a procurar o seu segmento de mercado e em alguns casos até, nichos de mercado.

E quando em 1988 o Governo propôs a atribuição de licenças, a ideia, na generalidade, foi bem aceite?

Foi e não foi... Haviam várias opiniões e havia quem quisesse e quem não quisesse. Haviam algumas rádios que queriam era ser piratas... E a esta distância, digo-lhe que se calhar elas é que estavam certas. Não tinham nada a ver com o que hoje são... Hoje são rádios profissionais em que é proibido que amadores trabalhem. Perdeu-se o espírito. Mas a maioria das pessoas achou bem a legalização porque queriam dar continuidade à sua profissão. E depois quando as pessoas entram voluntária ou involuntariamente num mercado põe-se sempre o problema da concorrência. E a tendência do ser humano, mesmo quando se estabelecem com fins culturais como foi o caso das rádios, é para criar um monopólio. E por isso digamos que o processo de legalização foi mais um processo de selecção. O processo de legalização foi uma vergonha, uma distorção total... Não se legalizaram rádios que tinham uma capacidade extraordinária, puseram-se outras lá em cima que nem rádios eram... Mas, apesar de todos esses erros, teve algum mérito que foi ordenar isto. Digamos que foi 20 por cento positiva e 80 por cento negativa. A maioria das pessoas aceitou a legalização. Depois com alguma contestação ainda se passou por um período de silêncio para que a legalização decorresse normalmente. Houve quem dissesse que esse período de silêncio não era necessário e que era demasiado grande. Eu acho que teve lógica, podia era não ser tão grande. E como a maioria dos operadores era favorável à legalização, aceitaram parar por esse tempo.

E porque é que diz que a lei foi má?

É má porque o nosso país funciona de uma forma muito complicada. As sociedades humanas, organizam-se por centralidades. As pessoas juntam-se em grupos e em Portugal há duas grandes centralidades (uma mais importante do que a outra), que são Lisboa e Porto e o resto é paisagem. Como a maior parte da população está junto dessas grandes centralidades, vê o país com os olhos de Lisboa. Este movimento das rádios locais teve a particularidade contraditória que foi partir do interior para o litoral. E quem fez a lei? Foram os que estavam no litoral para o interior. Nós costumamos dizer que há duas profissões que todos os portugueses sabem ser que são treinadores de futebol e programadores de rádio. E depois acontece este problema. Os legisladores, que também sofrem desse mal, foram formatar as rádios como se lhes apeteceu. Por exemplo, as rádios locais tinham obrigação de fazer informação local e quem quisesse ouvir notícias nacionais ou internacionais, ouvia as outras rádios. Claro que isto é uma parvoíce de todo o tamanho!

Para um ouvinte de Castelo Branco, a Rádio Urbana está em pé de igualdade com a Antena1. Ele sabe lá se é local ou não... Ele quer ouvir e ouve aquela! Se a rádio de Castelo Branco só me der notícias de Castelo Branco e a Antena1 me der notícias do país e de Castelo branco também, eu se calhar ouço lá e depois já por lá fico sintonizado. Ora, isto só cabe na cabeça das pessoas que vivem em Lisboa! De facto, uma rádio ou uma televisão tem de conseguir captar os públicos que lhe interessam, para os ter sempre fidelizados. Hoje a fidelização é um dos grandes problemas das rádios que estão estabelecidas. Ora, com este princípio que a lei impõe, ela obriga as rádios a ir para a concorrência. Este é só um exemplo. A lei está configurada de forma a traduzir uma realidade que não existe. A lei deve pegar na realidade existente e depois adaptá-la ao quadro constitucional e legal para que as coisas funcionem. Mas não, cria-se ficção. Aos nossos legisladores, de vez em quando, dá-lhes para a ficção. A comunicação social é uma área muito sensível que os irrita muito e que eles querem controlar. E depois, mercê da influência filosófica francesa, Portugal adoptou, ao contrário de Espanha, aquele menino de “marrafinha feita” muito bem alinhadinho ou aquela menina colegial da primeira fila, ou seja, pelo papel de mariquinhas. Com esta influência europeia é cada vez pior. Tenta-se formatar tudo.

Depois de legalizadas as rádios, necessariamente mudaram algumas coisas... Por exemplo, deixaram o vão de escada! O que é que mudou mais, em termos técnicos e de pessoal? Quais foram as principais diferenças?

Repare, uma coisa não tem efeito na outra. As rádios continuaram a funcionar, tendo apresentado um projecto mais ou menos dentro do que se fazia (até porque a lei não permitia nem permite grandes inovações). E depois deu-se continuidade àquilo. As exigências vieram depois. Por exemplo, quando passou a ser obrigatório que os jornalistas fossem profissionais, foi necessário reciclar pessoas ou contratar profissionais (foi a lei a interferir no mercado do trabalho arranjando alguma dificuldades). Pode-se dizer que, tirando o ordenamento do espectro radioeléctrico, não houveram melhorias nenhuma. Isto é muito simples: quando há dinheiro, há investimento, novos estúdios e equipamentos! Mas a legalização não foi causa-efeito. De positivo na legalização houve o ordenamento do espaço radioeléctrico. De resto, a culpa foi da evolução de mercado. Até se pode dizer que se se mantivesse a tendência inicial da pirataria, as rádios evoluíam muito mais depressa,

porque assim foram ficando todas muito iguais e talvez se tenha dado a regressão de investimento e de ouvintes.

E para terminar, sei que existiram algumas rádios que desapareceram passados 3/5 anos da legalização e outras que, para não desaparecerem, tiveram de se associar a rádios de maiores dimensões e mais posses...

Isso foi mais tarde! As rádios desapareceram, mas não foi por culpa da lei. Esse abandono teve a ver com as tais pessoas que gostavam de ser “piratas” e com outras que perceberam que a rádio não era a sua vida (até porque não permitia ter rendimentos iguais a outras profissões). Depois, em relação às cadeias de rádios, houve esforços (o que é sempre de louvar, ainda que com interesses diferentes) para transmitir conjuntamente noticiários. Mais tarde deu-se a tentativa de compra por parte dos grandes grupos económicos. Penso que as coisas se nivelarão, numa tentativa de equilíbrio. Acredito que, daqui para o futuro, a lei devia permitir a associação de rádios com a seguinte característica: haver horas de transmissão em cadeia e haver horas de transmissão individual. Há já experiências nesse sentido e acredito que as coisas caminharão para aí. Acho que as associações e as parcerias entre rádios, numa perspectiva positiva, são correctas! Agora o que digo é que, bebendo naquilo que aconteceu e neste processo de legalização das rádios, deve o legislador permitir que existam iniciativas individuais e as grandes cadeias de rádios. E o legislador deve agir de forma a não prejudicar ninguém, mas defendendo os interesses dos mais fracos que são os individuais.

4- Inquérito

1. Propriedade e Direcção:

1.1 Nome da Rádio: _____

1.2 Concelho de _____

1.3 Entidade proprietária: Empresa ☐ Cooperativa ☐ Outro ☐

1.4 A rádio está ligada a algum grupo de *media*? Sim ☐ Não ☐

1.4.1 Em caso afirmativo, que outros meios tem a empresa: Jornal ☐ Webtv ☐

1.5 Número de pessoas na direcção da rádio: ____

1.6 Ano de criação da rádio: ____

2. Recursos Humanos:

2.1 Número de funcionários remunerados:

Jornalistas: _____ Comerciais: _____ Técnicos: _____ Directores: _____

2.2 Número de funcionários não remunerados:

Jornalistas: _____ Comerciais: _____ Técnicos: _____ Directores: _____

2.3 Número de jornalistas com formação académica: _____

2.4 Número de jornalistas sem formação académica: _____

3. Condições Técnicas:

3.1 Instalações: Próprias ☐ Arrendadas ☐ Cedidas ☐

3.1.1 No caso de serem cedidas, quem é o proprietário: Autarquia ☐ Particular ☐

3.2 Estúdios de gravação? 1 ☐ 2 ☐ 3 ☐ 4 ☐ 5 ☐ +5 ☐

3.3 Equipamentos para recolha de som (quantidade): Mini-disc: ____ Gravador MP3: ____

3.4 A estação dispõe de viaturas próprias? Sim ☐ Não ☐

Em caso afirmativo, quantas? _____

3.5 Possui site na Internet ou emissão Online? Sim ☐ Não ☐

3.5.1 Em caso afirmativo, refira as vantagens: _____

3.5.2 Disponibiliza programas em Podcast ? Sim ☐ Não ☐

4. Audiência

4.1 Média diária de ouvintes: _____

4.2 Período de maior audiência: Manhã ☐ Tarde ☐ Noite ☐

4.3 Existe feedback por parte dos ouvintes? Sim ☐ Não ☐

4.4 De que forma acontece esse feedback? Internet ☐ Correio ☐ Telefone ☐

5. Publicidade

5.1 Número médio diário de spots publicitários emitidos: _____

5.2 Preço de cada spot : < 3€ ☐ 4€ a 6€ ☐ 7€ a 9€ ☐ > 10€ ☐

6. Programação

6.1 Número de horas de emissão em directo: < 6 ☐ 7 a 11 ☐ > 11 ☐

6.2 Número de noticiários em directo: _____

6.3 Número de noticiários gravados: _____

6.4 Assinale os programas feitos na rádio:

Discos pedidos ☐

Reportagem ☐

Relato de Futebol ☐

Passatempos ☐

Entrevista ☐

Transmissão de espectáculos ☐

Programas de autor ☐

Debate ☐

Programas escolares ☐

6.5 Emitem missa: Sim ☐

Não ☐

6.5 A programação inclui programas de outras igrejas: Sim ☐

Não ☐

Obrigado por ter preenchido este questionário!